



REVISTA

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

Vol 5 n. 2 Jul/ Dez 2018





REVISTA

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

Vol 5 n. 2 Jul/ Dez 2018





CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Jul 03, para estudar e propor políticas e estratégias organizacionais.

EQUIPE

CHEFE

Cel Art Valério Luiz Lange

ANALISTAS

Cel Art Guilherme Otávio Godinho de Carvalho
Cel Art Francisco Carlos Sartorio Estoducto
Cel R1 Bento Paulos Cabral
Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

COORDENADORES DE PESQUISA

Tem Cel QCO Oscar Medeiros Filho
Prof. MSc Raphael Camargo Lima

ADJUNTO DE INFORMÁTICA

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

AUXILIARES

ST Com Vanderson Martins
Cb Valdeci de Sousa Lima Junior
Cb Valdeci Pereira Barbosa

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

Artigos Estratégicos é uma publicação semestral do Centro de Estudos Estratégicos do Exército dedicada aos temas que impactam a preparação da Força Terrestre e a Defesa Nacional. Contém artigos preparados pelos pesquisadores do CEEEx e por pesquisadores de outras instituições.

CONSELHO EDITORIAL

Cel Art Valério Luiz Lange
Cel Art Francisco Carlos Sartorio Estoducto
Cel R1 Bento Paulos Cabral
Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês
Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho
Prof. MSc Raphael Camargo Lima

REVISÃO TÉCNICA

Tem Cel QCO Oscar Medeiros Filho
Prof. MSc Raphael Camargo Lima

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tem Cel QCO Oscar Medeiros Filho
Prof. MSc Raphael Camargo Lima
1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues
ST Com Vanderson Martins Barbosa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel General do Exército – Bloco A – 1º andar
70630-091 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415-4597
ceeex@eme.eb.mil.br

Disponível em PDF na página eletrônica: www.ceeex.eb.mil.br

Artigos Estratégicos. Ano 3. Nº 2. Jul/Dez 2018. Brasília. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. 64 p.

ISSN:2525-7099.



SUMÁRIO

Palavras Iniciais

Centro de Estudos Estratégicos do Exército	5
--	---

Geopolítica e Estratégias Militares

Augusto W. M. Teixeira Júnior

<i>A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil</i>	7
---	---

Gestão e Economia de Defesa

Peterson Ferreira da Silva

<i>O Brasil diante das aceleradas transformações tecnológicas: subsídios para as edições 2020 da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa</i>	31
---	----

Forças Armadas e História Militar

Fernando da Silva Rodrigues

<i>Desafios históricos para organização, preparação e emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial</i>	47
--	----

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Palavras Iniciais

O atual momento histórico parece se esvaír. Se a tensão bipolar caracterizou a Guerra Fria, a construção de uma ordem internacional baseada em regras sob a liderança dos Estados Unidos caracterizou o pós-Guerra Fria. Atualmente, o sistema internacional está em compasso de mudança rumo ao desconhecido. Esse processo trará impactos grandes para o Brasil e deve, portanto, ser objeto de análise acurada dos analistas de Estudos Estratégicos, Defesa e Política Internacional.

As características da ordem internacional que outrora eram certezas, atualmente encontram-se questionadas. A globalização e o avanço tecnológico que, até meados do século XX eram fonte de otimismo entre as nações, passaram a inspirar questionamentos e críticas. A cooperação e a construção de uma ordem internacional baseada em regras pareciam dadas no período Pós-Guerra Fria. Hoje, com a emergência dos novos nacionalismos e o adensamento do processo de multipolarização global, a competição estratégica está novamente posta como opção na mesa dos líderes globais.

O Brasil não passa inerte a esse processo global. As transformações econômicas, sociais e tecnológicas das últimas décadas resultaram em uma sociedade mais demandante, que passou a pressionar mais os governos por mudanças efetivas. Tal processo não se fez sem desafios, tais como a emergente polarização política e fragmentação social.

A América do Sul também parece ser gradualmente um tabuleiro de interesse das grandes potências que dificultarão a busca por liderança brasileira na região. Como o Brasil atuará em um espaço crescentemente disputado entre potências como Estados Unidos, China e Rússia? Que lugar o Brasil deseja ocupar na América do Sul? Que papel visa a exercer no

mundo? O desafio de se pensar o lugar do Brasil em uma nova ordem internacional é, portanto, fundamental.

Avizinham-se, desse modo, riscos e oportunidades para o País e para a reorganização de suas Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro. Qual é o novo tabuleiro global? Quais são os riscos para o País? Quais são os padrões de organização e desenho de força armadas no globo? Quais são os avanços tecnológicos de defesa que impactarão o País? Em retrospectiva, como o Brasil buscou reorganizar suas Forças Armadas em um sistema internacional em transição no passado? Essas são algumas perguntas que a presente edição da revista Artigos Estratégicos propôs-se a trazer para a discussão.

Com foco em fornecer subsídios para a atualização permanente da Política de Defesa Nacional (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Planos Estratégicos do Exército (PEEEEx), os artigos ora apresentados foram resultado de estudos dos pesquisadores do Centro de Estudos Estratégicos do Exército durante o ciclo de trabalho do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP/ CEEEx) de 2018 e cuja orientação buscou compreender as mudanças por três óticas: (1) geopolítica e estratégica; (2) tecnológica e desenho de força; e (3) histórica.

Trata-se de uma reflexão para compreender melhor – o ainda em construção – novo “quebra-cabeça” do tabuleiro internacional. Esperamos que os leitores aproveitem as interessantes reflexões aqui presentes. Boa leitura!

Equipe Editorial
Centro de Estudos Estratégicos do Exército

A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO: O presente artigo analisa como a reconfiguração do tabuleiro internacional produz implicações geopolíticas para o Brasil em seu Entorno Estratégico. A investigação se ocupa em compreender em que linhas a aludida reconfiguração se dá e como o Brasil e região se posicionam como peças do tabuleiro geoestratégico. O texto se apoia nas contribuições teóricas da geopolítica e da tradição realista na política internacional. A análise do primeiro nível do tabuleiro, a Eurásia, utiliza as teorias do *Heartland* de Halford Mackinder e do *Rimland* de Nicholas Spykman. A centralidade e significado do tabuleiro eurasiático para a política internacional são inspirados na leitura geoestratégica de Zbigniew Brzezinski. O artigo parte da hipótese de que com a retomada da competição entre grandes potências como Estados Unidos, Rússia e China, no contexto mais amplo da multipolaridade em formação, o Entorno Estratégico brasileiro emerge como espaço para estratégias contra a contenção exercida pelos EUA na Eurásia.

Palavras-chave: Tabuleiro Internacional; Reconfiguração; Geopolítica; Geoestratégia; Grandes Potências; Brasil.

ABSTRACT: The present paper analyzes how the reconfiguration of the international board produces geopolitical implications for Brazil in its Strategic Environment. The research is concerned with understanding in what lines the aforementioned reconfiguration takes place and how Brazil and region stand as parts of the geostrategic board. The text is based on the theoretical contributions of geopolitics and the realist tradition in international politics. The analysis of the first level of the board, Eurasia, uses the theories of the Heartland of Halford Mackinder and the Rimland of Nicholas Spykman. The centrality and significance of the Eurasian board for international politics are inspired by the geostrategic reading of Zbigniew Brzezinski. The article assumes that with the resumption of competition between major powers such as the United States, Russia and China, in the broader context of emerging multipolarity, Brazilian Strategic Environment emerges as a space for strategies against US restraint in Eurasia.

Keywords: International Board; Reconfiguration; Geopolitics; Geostrategy; Great Powers; Brazil.

*Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutorando em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) e do INCT-INEU.

Sumário Executivo

Como a reconfiguração do tabuleiro internacional produz implicações geopolíticas para o Brasil em seu Entorno Estratégico? Em suas feições, a política internacional contemporânea resgata dimensões correntes da geopolítica clássica, a saber: a competição entre grandes potências, estratégias de contenção, contra-continência e balanceamento duro. O cenário de disputa geoestratégica entre Estados Unidos, Rússia e China proporcionado pelos esforços de reposicionamento destas potências reafirma o Leste Europeu e o Nordeste Asiático como áreas sensíveis da geopolítica contemporânea. As grandes estratégias em disputa ganham feições similares à luta histórica entre potências terrestres e marítimas que, em grande medida, se desdobram historicamente na Eurásia.

Em virtude das características da competição em curso, a Geopolítica de autores como Mackinder e Spykman retomam o destaque na interpretação do choque de vontades entre Washington, Moscou e Pequim. Contemporaneamente, a leitura do tabuleiro estratégico de Brezinski retoma vitalidade em virtude da centralidade da Eurásia como centro de tensão internacional entre grandes potências e espaço de irradiação para as potências continentais. Como forma de ler o tabuleiro que se estrutura hodiernamente, conceitos das teorias do *Heartland* e *Rimland* são fundamentais para captar a re-emergência de linhas de longa duração na política internacional. A disputa geopolítica pela ilha mundial – congregando Europa, Ásia e África – produz respostas e adaptações no campo da estratégia e doutrina por parte das grandes potências em antagonismo. Num esforço centrípeto de contenção e acomodação dos equilíbrios de poder regionais, os Estados Unidos reforçam a sua projeção e presença nas duas franjas da Eurásia. Em busca de reposicionamento e reconquista de sua posição e reconhecimento como grande potência, a Rússia age para frear a redução de sua esfera de influência.

Para tal efeito, a construção do mundo policêntrico tem ao alcance o componente de força como instrumento de destaque. Na porção asiática, a emergência da China como potência dominante territorialmente na Ásia se apoia na transformação de sua economia, sociedade, mas também na transformação de suas capacidades militares. A associação entre a grande estratégia chinesa e seus objetivos nacionais tem produzido, como na Rússia, o efeito centrífugo de projeção chinesa para além de suas esferas de influência imediata. Nesse quesito, o continente africano constitui um segundo horizonte de expansão e disputa entre as grandes potências supracitadas. O quadro geopolítico analisado, em particular pelas características do tabuleiro estratégico internacional, permite observar que o Entorno Estratégico brasileiro, apesar de seu espaço periférico e tradicionalmente marginalizado no pensamento geopolítico, torna-se um terceiro horizonte de expansão e contenção. Fora da ilha mundial, a América do Sul – e o Brasil em particular – está inserida na dinâmica geoestratégica como espaço de manobras diversionárias para reduzir o peso e pressão dos EUA na Eurásia e África. Com efeito de trazer para o hemisfério americano a luta intestina da ilha mundial, a América do Sul torna-se um espaço de luta geoestratégica ao qual os recursos de poder reunidos pelo Brasil na atualidade dificilmente lhe permitirão galgar maior espaço de autonomia na construção de uma ordem regional de seu interesse.

As reflexões e os resultados apresentados no presente artigo constituem a síntese da agenda de pesquisa de 2018 da linha sobre “Geopolítica e Estratégias Militares”, conduzida por este pesquisador junto ao Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). Entre os trabalhos que ora subsidiam a presente análise, estão os textos “Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força: Pivô Asiático, *Third Offset Strategy* e *Multi-Domain Battle*”, “Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI” e “Grande Estratégia e Modernização Militar na China Contemporânea”. Os respectivos artigos encontram-se publicados na Revista Análise Estratégica (CEEEx).

Estratégias e Geopolíticas em Disputa: A Centralidade da Eurásia no Tabuleiro Internacional

Como a configuração contemporânea do tabuleiro internacional¹ produz implicações para o Brasil? Não obstante seja uma indagação direta, a questão apresenta um importante desafio analítico. Primeiramente, cabe indagar qual a posição do Brasil, e de sua região, no tabuleiro internacional. Para tal, cabe investigar qual é a própria configuração do respectivo tabuleiro.

O ambiente de interação, competição e cooperação entre as unidades do sistema internacional, apesar de fortemente influenciado e mediado por tecnologias, fluxos e redes, ainda é fortemente calcado na geografia (GRAY, 1999). Distinto do que se poderia esperar pela crença no imperativo tecnológico, a difusão tecnológica não logrou subverter o primado da geografia como referente central do ambiente em que se processam as realidades de poder (KAPLAN, 2013).

Eventos tais como as guerras dos EUA na Ásia Central (Afeganistão – 2001) e Oriente Médio (Iraque - 2003), a Guerra Russo-Georgiana (2008), a anexação da Crimeia (2014) e as disputas no Mar do Sul da China contribuem para o argumento sobre a “vingança da geografia” desenvolvido por autores como Kaplan e amplamente debatidos por Mead e Ikenberry (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017). Para além de afirmar que a geografia importa na política internacional, o argumento em questão lança luz sobre a prevalência da Geopolítica como chave explicativa da realidade e a atualidade do pensamento de

autores como Mackinder, Mahan, Spykman, entre outros.

O momento histórico em que a ótica geopolítica ganha novos contornos no mundo atual ocorre concomitante a dois tipos significativos de mudança na política internacional. Primeiramente, a mudança de polaridade é objeto de atenção nos últimos trinta anos. Do “momento unipolar” (KRAUTHAMMER, 1991) à multipolaridade emergente (HURRELL, 2009), entende-se que o padrão de polaridade em construção tenderá acirrar a competição e disputa entre potências (BUZAN, 2004). Essa percepção acadêmica vem sendo compartilhada por países como Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2018), Rússia (RUSSIAN FEDERATION, 2014) e China (CHINA, 2015).

Um segundo tipo de mudança refere-se à transição de poder. De *primus inter pares* após a Segunda Guerra Mundial, os EUA surgiram como a potência dominante no globo ao longo da Guerra Fria, posição incontestada até o final dos anos 1990. Entretanto, o papel dos Estados Unidos como cerne do tabuleiro internacional tende a ser desafiado por grandes potências que buscam se reposicionar no tabuleiro, como Rússia e China; mas também por potências regionais a exemplo da Coreia do Norte e Irã. Contudo, distinto de uma Nova Guerra Fria pela hegemonia mundial, o reposicionamento e emergência de potências concorrentes aos EUA objetiva constituir polos de poder alternativos à influência de Washington em regiões disputadas, especialmente na Eurásia.

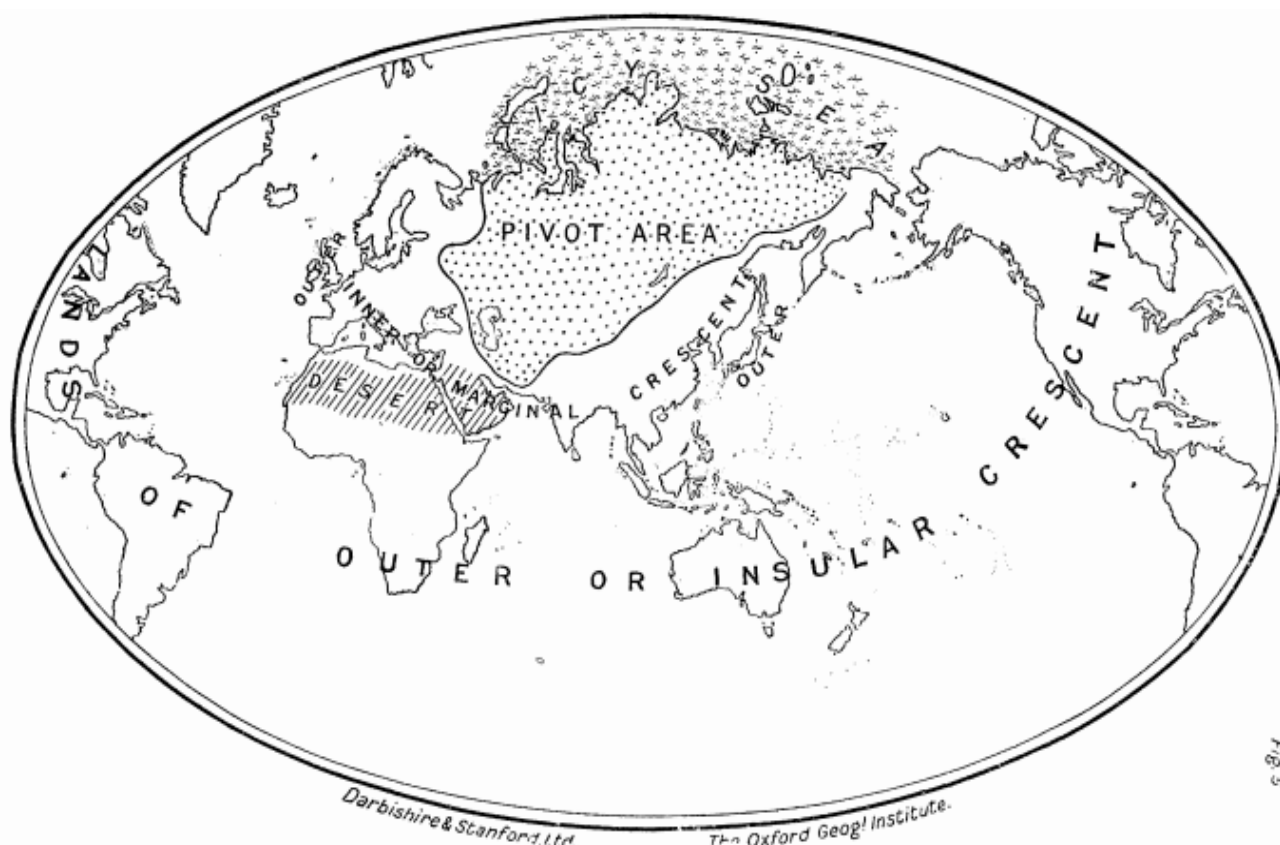
A ideia de regiões disputadas é relevante para situar o presente argumento em termos espaciais. Os países mencionados

¹ O conceito de “tabuleiro estratégico” é inspirado na leitura clássica de Brezezinski (1997) em “*The Great Chessboard*”.

acima se situam na Europa, Leste Asiático e Oriente Médio, ou seja, a Eurásia comporta não apenas os principais antagonistas dos EUA como abarca as principais áreas de disputas concernentes à áreas ou esferas de influência. Nesse sentido, conforme expresso pela figura

1, o entendimento de que a Eurásia consiste no eixo central da disputa geoestratégica contemporânea faz eco à três ideias basilares presentes na Geopolítica Clássica.

Figura 1 – O mundo de Mackinder



Fonte: Mackinder (1904, p. 435).

Primeiro, a ideia de Ilha Mundial² (MACKINDER, 1904) expressa bem a centralidade eurasiática ao mesmo tempo em que postula uma oposição estrutural entre as

potências terrestres dominantes nela em oposição à potência marítima firmada ao longo do século XX no *crescente exterior*³. Segundo, reforça a leitura do *Crescente Interno*⁴ como

² Conjugação geográfica dos continentes Europeu, Asiático e Africano numa massa terrestre contígua. “Do restante um quarto de terras emersas, dois terços correspondiam aos continentes da Europa, Ásia e África que, na visão de Mackinder, formavam de fato um único grande continente. Com efeito, os montes Urais e o istmo de Suez uniam e interligavam, em vez de separar, as terras da Eurásia-África que, envolvidas por todos os lados pelo oceano único, constituíam uma grande Ilha Mundial: a *World Island*.” (MELLO, 1999, p. 41-42).

³ “Na periferia do *Inner Crescent* existia um arco exterior formado pelo Crescente Externo ou Insular: o *Outer Crescent*. Protegidas pelos fossos do Grande Oceano, as potências marítimas do Crescente Insular estavam a salvo do assédio do poder terrestre dominante no núcleo basilar eurasiático” (MELLO, 1999, p. 49)

⁴ “Em termos geoestratégicos, as regiões anfíbias eurasiáticas formaram em torno do *Heartland* um grande arco interior ou marginal que Mackinder denominou *Inner Crescent*. Esse Crescente Interno era composto

zona de disputa entre as potências eurasiáticas e os Estados Unidos. Nesse sentido, o Crescente Interno *mackinderiano* do início do século XX retoma a sua vitalidade como espaço de disputa neste quartel do século XXI. Terceiro, o quadro geopolítico proporciona condicionantes geoestratégicos para uma dinâmica de contenção e contra-tenção. A política de poder que se processa nas fimbrias marítimas da Europa, Oriente Médio e Ásia, se processa em áreas que coincidem com os espaços de expansão da Rússia e China, confluindo com as áreas de contenção dos Estados Unidos. Nesse sentido, a Geopolítica de Halford Mackinder, Nicholas Spykman⁵ e a leitura geo-histórica do tabuleiro estratégico de Brezezinski ainda ecoam na atualidade.

Contemporaneamente, as ações de contenção e contra-tenção empregam como recursos meios e expedientes o balanceamento duro e brando (PAUL, 2004). A conexão entre geopolítica e a política de poder permeia o ambiente internacional marcado cada vez mais pela reconfiguração espacial de poder na Eurásia. Como sustentação dessas mudanças, a modernização e reforma militar em curso amparam a difusão de capacidades e distribuição de poder que alicerçam o reposicionamento de potências como Rússia e China.

por um conjunto de zonas amortizadoras que constituíam pontos de fricção ou áreas de disputa onde se chocavam o poder terrestre e o poder marítimo. Por um lado, o *Inner Crescent* era o espaço natural de expansão do poder terrestre que, de posse do núcleo basilar eurasiático, procurava conquistar as regiões periféricas e obter saída para o oceano, tendo em vista a construção de um poder marítimo. Por outro lado, o Crescente Interno era também a barreira física de contenção ou a primeira linha de defesa do poder marítimo, que procurava conter a expansão do poder terrestre e mantê-lo encurralado no coração da Eurásia.” (MELLO, 1999, p. 47).

⁵ Inspirado na geopolítica de Mackinder, a teoria do *Rimland* de Spykman é um importante contributo para pensar a relevância estratégica das fimbrias marítimas da Eurásia na dinâmica de expansão e contenção entre as grandes potências. “*Rimland* foi o termo utilizado por

Como dinâmicas de poder que se dão fundamentalmente na Eurásia afetam o Brasil em seu Entorno Estratégico? O argumento aqui defendido se estrutura pelo entendimento de que não obstante a ilha mundial seja o epicentro geopolítico da re-acomodação entre grandes potências, a área do Entorno Estratégico brasileiro oferece para China e Rússia um espaço de manobra para estratégias de contra-tenção. Apesar da presença desses atores na região não a transformarem automaticamente numa zona de disputa, a atuação e alinhamento dessas potências com atores regionais opera no sentido de aliviar a pressão exercida pelos EUA na Eurásia.

Apesar do “poder parador das águas” (MEARSHEIMER, 2001) exercido pelo *Grande Oceano*⁶, o efeito transbordamento da Eurásia para a América do Sul consiste na conexão de dinâmicas sistêmicas (de efeito global) e subsistemas (nível regional). Representativa dessa afirmação é a articulação entre as díades cooperativas como Estados Unidos e Colômbia ou entre Rússia e Venezuela (BUZAN e WAEVER, 2003; MARES, 2012; TEIXEIRA JÚNIOR, 2013). Mais recentemente, a penetração chinesa na América Latina alicerça e altera alinhamentos bilaterais relevantes, como com a Argentina⁷ e a Venezuela, respectivamente.

Spykman para substituir a noção de *InnerCrescent* e definir com maior precisão as regiões costeiras – as fimbrias marítimas – que contornavam a grande planície central da Eurásia.” (MELLO, 1999, p. 120).

⁶ Um oceano único cujas águas contínuas e intercomunicantes recobriam três quartos da totalidade do globo.” (MELLO, 1999, p. 41).

⁷ Não obstante o presente artigo não discorra sobre a Argentina, é necessário mencionar o acordo entre Buenos Aires e Pequim em que resultou na construção de uma base do programa espacial chinês na Patagônia Argentina. Embora oficialmente se preste para o uso civil, questiona-se se a instalação teria efeitos militares, a exemplo da contribuição para o sistema de posicionamento global por satélite, Beidou. Para mais informações, ver: “De uma estação espacial na Argentina, China expande seu alcance na América

Apesar do Brasil estar no hemisfério sul, na porção meridional do Crescente Externo, ou seja, na periferia geopolítica do sistema internacional; o país ainda é afetado pela reconfiguração do tabuleiro internacional. Apesar de ser o maior e mais rico país da América do Sul, o Brasil não reúne condições que poderiam conferir-lhe a condição de potência unipolar regional⁸. Mais relevante, a sua condição de superioridade pela assimetria vê-se estrangida e reduzida pela atuação e presença de potências extrarregionais na estruturação do espaço sul-americano em questões econômicas, comerciais e militares. Nesse sentido, para entender o espaço de autonomia que a reconfiguração do tabuleiro internacional encerra ao Brasil se faz necessário a análise Geopolítica e estratégica das mudanças estruturais do sistema internacional.

Da Disputa Geopolítica à Adaptação Estratégica e Doutrinária

Na presente seção analisaremos a balança de poder eurasiática com ênfase nas relações entre Estados Unidos, Rússia e China. A análise será realizada em consonância com o argumento teórico apresentado na seção anterior.

Geopolítica e Estratégia dos Estados Unidos

Singular entre as demais potências no globo, a imaginação geopolítica⁹ dos Estados Unidos não é delimitada por limites regionais

no tocante às suas esferas de influência. Enquanto que atores como Rússia e China possuem zonas de influência calcadas em limites regionais relativamente claros, a imaginação geopolítica dos Estados Unidos é global.

A Figura 2 é uma representação cartográfica dessa concepção de áreas de responsabilidade dos comandos combatentes das forças armadas dos Estados Unidos. No planejamento do país, cada região do globo constitui uma área de responsabilidade por parte de um *Unified Combatant Command*, que comporta elementos terrestres, navais, aéreos e anfíbios das forças armadas dos EUA. Como representação cartográfica, a figura supracitada é dinâmica, passível de ser adaptada a leituras contemporâneas sobre a geopolítica e cenários de atuação dos Estados Unidos. Por exemplo, há dez anos, em 2008, a IV Frota (US SOUTHCOM) foi reativada (FLORES, 2008). Recentemente, em virtude da mudança do cenário estratégico do Índico e do Pacífico, o Comando do Pacífico (USPACOM) teve a sua designação alterada para *United States Indo-Pacific Command*¹⁰ (US INDOPACOM).

A estrutura burocrática e de força por trás da geopolítica e cartografia brevemente explorada acima se subordina ao entendimento de que a garantia da segurança nacional dos Estados Unidos é buscada globalmente (UNITED STATES OF AMERICA, 2017). Esse entendimento repousa num postulado geopolítico estruturado por Nicholas Spykman (MELLO, 1999). Inspirado pelo contexto da

Latina”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/de-uma-estacao-espacial-na-argentina-china-expande-seu-alcance-na-america-latina.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

⁸ Sobre o debate acerca da condição unipolar do Brasil na América do Sul, ver Fuccille e Rezende (2013) e Teixeira Júnior (2016).

⁹ A ideia de “imaginação geopolítica” é apresentada por Gray (1999) com objetivo de demonstrar os aspectos sociais, psicológicos e culturais que contribuem para o pensamento e prática geopolítica por parte dos países.

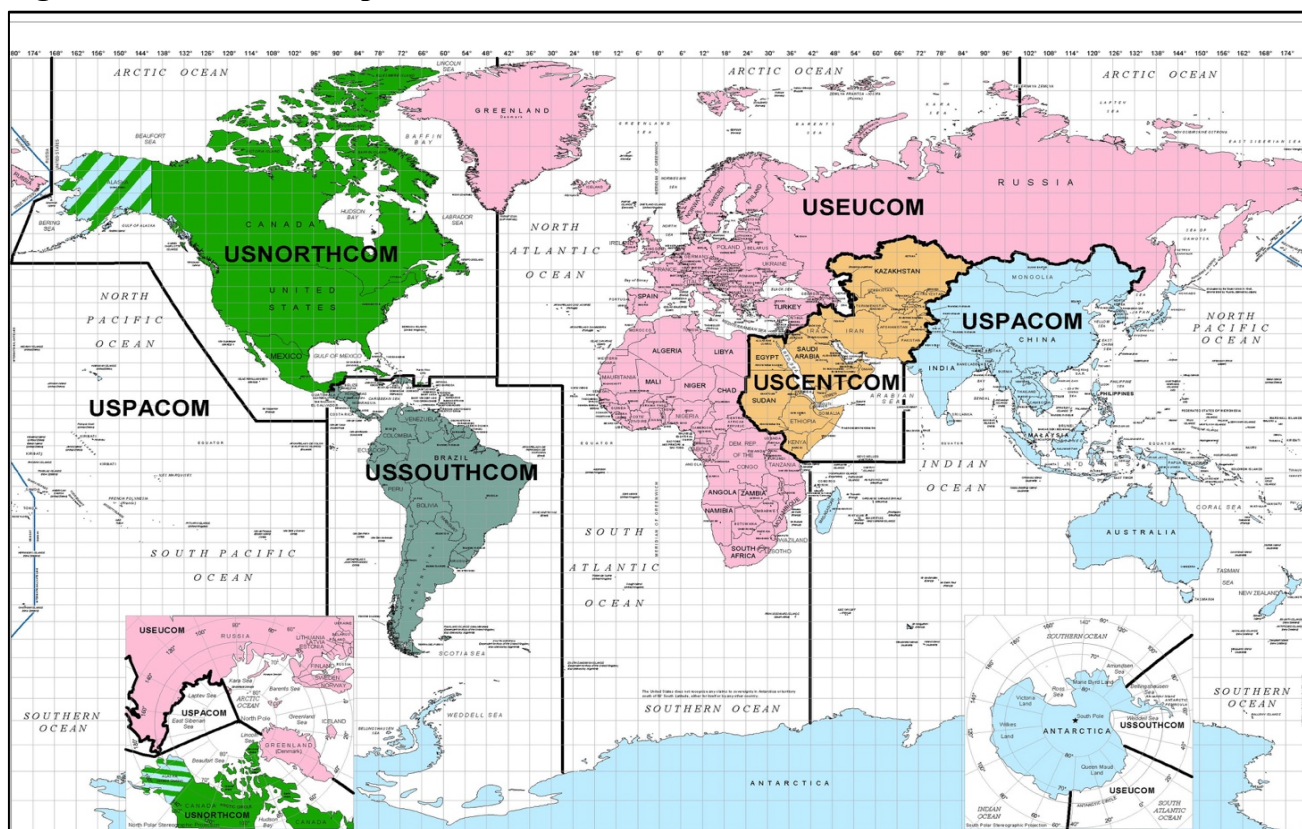
¹⁰ Mais informações sobre o *US INDOPACOM*, ver: <http://www.pacom.mil/About-USINDOPACOM/USPACOM-Area-of-Responsibility/>, Acesso em: 10 dez. 2018.

(MELLO, 1999). Inspirado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, de acordo com o geopolítico em questão, os Estados Unidos deveriam projetar duas pinças para a Eurásia (Europa e Ásia) de forma a neutralizar possíveis ameaças, que caso contrário, poderiam se projetar contra o território continental dos EUA (MATTOS, 2002). Nesse sentido, a gênese da estratégia de contenção, inspirada por Mackinder, Spykman (KAPLAN, 2013) e Kennan (2003) se articula com um dos mais célebres postulados da política internacional: a balança de poder (WALTZ, 2002). Em síntese, para assegurar a segurança nacional dos EUA seria necessário

moldar os diversos equilíbrios de poder regionais, em particular na Europa e Ásia. Para tal, o país é o único a sustentar estruturas e meios que o habilitam a possuir um alcance global, em qualquer espectro de operações ou domínio.

Apesar das guerras do Afeganistão e Iraque terem absorvido boa parte do interesse e recursos militares dos Estados Unidos no início do século XXI, os dois mandatos da administração Obama buscaram promover um pivô dos EUA para a região da Ásia-Pacífico (IISS, 2014)¹¹

Figura 2 – As áreas de responsabilidade dos Comandos Combatentes ao redor do mundo



Fonte: United States of America (2011).

Paulatinamente, na presente década a sensação sobre a competição entre grandes

potências reposicionava o lugar da Ásia e posteriormente da Europa como espaços

¹¹ Para um balanço crítico sobre o pivô asiático realizado pela administração Obama, ver Green (2016).

centrais para a grande estratégia dos Estados Unidos. Embora o terrorismo ainda seja um tema central e o Oriente Médio goze de uma incontornável relevância na agenda de defesa e segurança dos Estados Unidos, ao longo dos últimos oito anos documentos como a *National Security Strategy* e *National Military Strategy* dedicavam mais e mais atenção para atores como China e Rússia, mas também Coreia do Norte e Irã (IISS, 2015, 2018). Em particular os dois primeiros passavam a ser vistos pelos EUA como competidores próximos, não apenas por sua capacidade de afetar o equilíbrio de poder nas regiões para as quais se projetam, mas por processos domésticos de mudança militar que ameaçavam mitigar a liberdade de ação dos EUA na Eurásia (IISS, 2017; TEIXEIRA JÚNIOR, 2018a, 2018b).

Na Europa a primazia dos Estados Unidos na reconfiguração estratégica do continente começava a ser freada em 2008, quando da guerra russo-georgina. Na presente década, a guerra civil na Ucrânia e a posterior anexação da Criméia pela Rússia apresentam não apenas uma busca de Moscou por um reposicionamento como grande potência, mas possíveis limites à projeção geopolítica e estratégica dos EUA na Europa de Leste. Não que a posição dos EUA na região esteja ameaçada, mas o movimento de expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em curso desde o final da guerra fria, é agora compensado pela assertividade da Rússia em preservar parte da sua esfera de influência europeia no contexto em que países da Aliança são acusados pelo presidente dos EUA de contribuir menos do que deveriam

para a segurança regional (DAVIS, 2018). A atual fase de antagonismo entre a OTAN e a Rússia é um dos reflexos da reconfiguração do atual quadro geopolítico do teatro europeu¹².

Na Ásia, a emergência da China como protagonista da moldura de uma nova ordem asiática estrutura um desafio de peso à premissa estadunidense de impedir o surgimento de uma potência hegemônica na região (MEARSHEIMER, 2014). De forma mais robusta e contínua do que a Moscou, Pequim realiza um expressivo processo de modernização militar salientado, inclusive, pela sua recente reorientação geoestratégica para o Mar, com ênfase nos oceanos Pacífico e Índico¹³ (SEMPA, 2014; JINPING, 2017).

Diante das mudanças apontadas nos parágrafos anteriores, a grande estratégia dos Estados Unidos articula diversas expressões do poder nacional, seja para conter o que entende como expansão chinesa ou para deter o ressurgimento russo na Europa e Ásia Central. Um dado significativo da geoestratégia¹⁴ contemporânea consiste na articulação entre meios de força cinéticos e não-cinéticos. A conexão entre operações convencionais e guerra irregular se processa como estruturador da realidade internacional à luz de doutrinas militares inovadoras. Dentre as quais, destacam-se aquelas experimentadas com êxito na Ucrânia e a eventualidade de sua replicação por parte da China, provocando aquilo que os EUA temem como a desestabilização de tabuleiros regionais com vistas a afetar o equilíbrio regional de poder. Nesse sentido, tanto estratégias como *Offshore*

¹² Nos últimos dois anos, Rússia e OTAN sinalizam disposição e força a partir de exercícios militares. Dentre os russos, destacamos o *Vostok* (2018). Por parte da OTAN, frisamos o *TridentJuncture* (2018). Mais informações em: <<https://www.businessinsider.com/nato-gears-up-for-biggest-military-exercises-in-many-years-2018-10>>, Acesso em: 10 dez. 2018.

¹³ O processo de conversão da China em potência marítima não destoia do esquema explicativo de Mackinder. Para o geopolítico inglês, uma potência terrestre poderia converter-se em marítima com vistas a projetar-se para os mares quentes.

¹⁴ Segundo Brezezinski, “*geostrategy — the strategic management of geopolitical interests*” (1997, 31).

Balancing na Ásia (MEARSHEIMER e WALT, 2016), como a contenção mais direta na Europa dialogam com o uso da força, coerção e pressão por vias não-convencionais. Nesse quadro, ao invés de perder em relevância na agenda de segurança, o problema do terrorismo e da guerra irregular passa a ser cada vez mais presente na agenda de grupos extremistas violentos, como demonstrado pela expansão do Estado Islâmico na segunda metade da presente década.

A mudança do panorama geopolítico internacional nos últimos anos impulsionou respostas no campo estratégico e doutrinário por parte dos Estados Unidos. Tanto documentos como o *National Military Strategy* (UNITED STATES OF AMERICA, 2017) à institutos de pesquisa (IISS, 2015, 2018) repercutiram a sensação de que as capacidades militares do Ocidente perdiam pujança ao passo que a dianteira tecnológica gozada anteriormente se reduzia em razão dos avanços de modernização e reforma militar de países como China e Rússia. A difusão de tecnologias avançadas entre possíveis concorrentes dos Estados Unidos não era o único problema. O acesso a tecnologias relativamente baratas¹⁵ por parte de atores não-estatais e países como Irã e Coreia do Norte poderiam impor riscos à um aspecto basilar da geopolítica e estratégia militar dos EUA: sua liberdade de ação para se projetar em qualquer dimensão de um teatro de operações.

O “comando dos [espaços] comuns” (POSEN, 2003), como base da hegemonia dos Estados Unidos, tem permitido ao país liberdade de ação nos mais diversos teatros de operações. A assimetria de capacidades, sustentada pelo pilar tecnológico e doutrinário, proporcionou aos EUA a possibilidade de

projetar força e sustentar ímpeto ofensivo não só nos espaços comuns como em áreas em que se buscavam negar acesso à Washington. O fenômeno de difusão tecnológica e o retorno da competição entre grandes potências contribuem para a emergência dos “*access challenges*” aos EUA. A estruturação por parte da Rússia e China do que os EUA chamam de sistemas de Anti-Acesso e Negação de Área (A2/AD) demanda respostas que possibilitem estratégias de “*all domain access*” (IISS, 2016).

O somatório da 1) reconfiguração do espaço eurasiático como ambiente de competição entre potências marítimas e terrestres, 2) a difusão tecnológica e concomitante deterioração da superioridade militar atlantista que proporciona o desafio ao domínio dos espaços comuns e 3) o A2/AD estruturam um quadro em que a contenção e contra-tenção geoestratégicas se processam em todos os domínios de operações na Eurásia. Como resposta, os Estados Unidos desenvolvem capacidades para atuar no amplo espectro e em escala global (IISS, 2017).

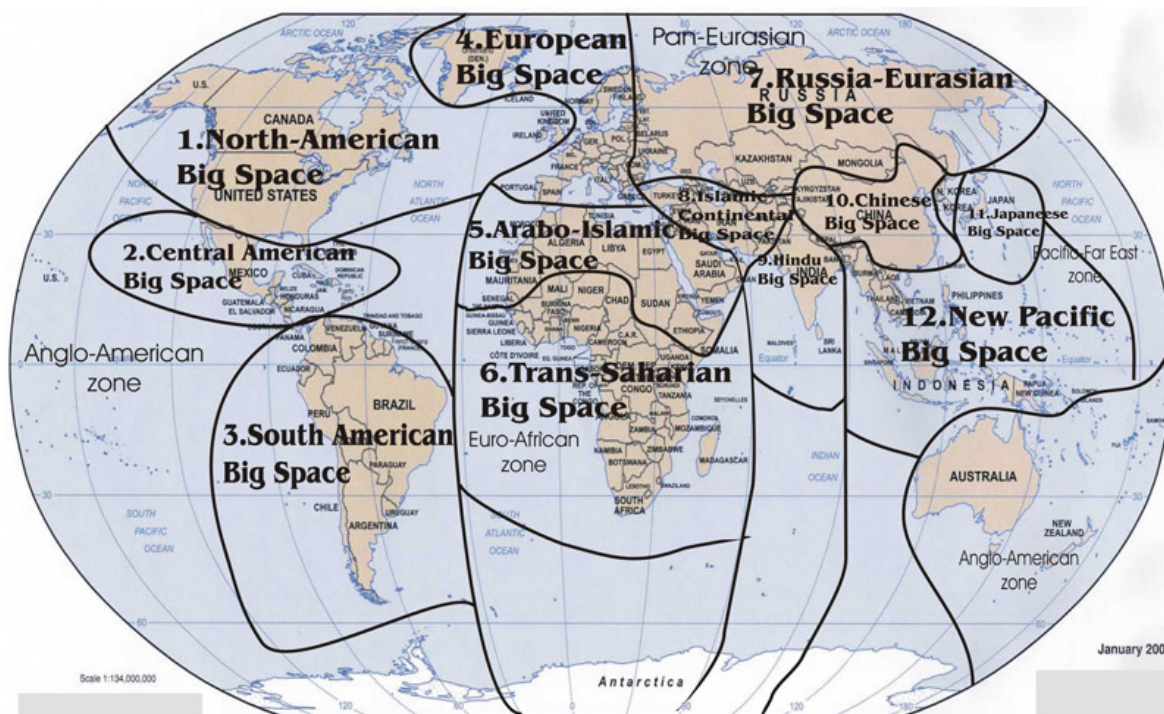
Geopolítica e Estratégia da Rússia

Diferente da antiga União Soviética, a Rússia contemporânea não contempla prioritariamente em sua imaginação geopolítica o globo como espaço de projeção de poder (SUSHENTOV, 2015). Calcada numa perspectiva regional, sensível às esferas de influência gestadas desde o Império Russo, a grande estratégia russa se volta fundamentalmente para a Eurásia como destino (ROMANA, 2016). Entretanto, classificar a geopolítica russa como limitada regionalmente pode ser traiçoeiro. Para melhor

¹⁵ Como exemplo dessas pode-se citar minas anti-pessoal e anti-carro, dispositivos explosivos improvisados (IEDs), entre outros.

ilustrar essa afirmação nos valem da Figura 3, pensada pelo geopolítico russo Alexander Dugin (2016).

Figura 3 – O mundo multipolar



Fonte: Dugin (2016).

Enquanto que a geopolítica dos Estados Unidos é fundamentalmente global, a vertente russa se desdobra em grande medida na Eurásia. Por essa razão a classificação de “regional” como delimitação de seu espaço de atuação geopolítica induz ao erro. O território da Federação Russa se projeta para distintas regiões e continentes, como a Europa de Leste, o Ártico, o Cáucaso e Ásia Central e o Nordeste Asiático. Apesar de sua geopolítica não ser global, a sua projeção de interesses, influência e poder, direciona a Rússia a agir sob distintas regiões que conformam a massa eurasiática. Desta forma, quando Moscou afeta

os acontecimentos da guerra civil ucraniana, da guerra da Síria ou realiza vultosos exercícios militares no leste do país com a participação da China; em todos esses casos a Rússia age ou em sua imediação estratégica ou na sua área de expansão imediata.

Distinto do receio de Mackinder (1904) sobre o domínio do *Heartland*¹⁶ por Moscou e sua subsequente expansão sob a *Ilha Mundial*, a Rússia contemporânea reage a uma progressiva retração estratégica ilustrada pela perda de influência em países antes basilares em sua zona de influência. Se na Europa, a

¹⁶ “A noção de *Heartland* – que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, Terra Central ou coração continental – é o conceito chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre. [...] Mais que um conceito geográfico, com limites físicos claramente demarcados no mapa da Eurásia, o *Heartland* é uma ideia estratégica concebida teoricamente no começo do

século e testada empiricamente ao longo de duas guerras mundiais. [...] Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russa do início do século.” (MELLO, 1999, p. 45).

expansão da OTAN ocupou-se de reduzir o espaço de influência russo sobre a Europa Central e de Leste, a emergência da China na Ásia povoa aquela região com mais uma grande potência, agora habilitada a subverter o equilíbrio de poder regional.

Se voltarmos a Figura 3, mais do que um mapa, a cartografia representa um desejo de potência: a consolidação e reconhecimento do país como grande potência, detentora de um entorno estratégico próprio e de tácito reconhecimento por parte de seus competidores. A grande estratégia russa, conforme apontado na doutrina militar do país (RUSSIAN FEDERATION, 2015) tem como objetivos a construção de um mundo policêntrico, o reconhecimento da Rússia como grande potência e a inviolabilidade de sua segurança através da não-interferência em sua esfera de influência por parte de competidores estratégicos, notadamente os Estados Unidos.

Para a consecução de sua grande estratégia Moscou passou a uma posição mais assertiva em torno de seus interesses. Primeiramente na Europa, buscando frear a redução paulatina de sua zona de influência por parte da OTAN, teve como conjuntura crítica a guerra de 2008 com a Geórgia e como ponto culminante a alegada atuação russa na desestabilização da Ucrânia e a posterior anexação da Crimeia. Entre a administração Medvedev (2008 – 2012) e o retorno de Putin à presidência, a Rússia passou a recorrer à coerção ou ao emprego direto da força militar como instrumento de imposição de sua vontade ao longo de seus espaços de interesse. Numa linha de atuação semelhante, o auxílio direto de Moscou à Damasco não apenas visou impedir a derrocada de um aliado histórico no Oriente Médio como também evitou a perda de um espaço de influência russo numa área que conecta a projeção do país do Mar Negro para o Mediterrâneo. Em todos os casos citados

(Geórgia, Ucrânia e Síria), a Rússia afetou diretamente o equilíbrio de poder desejado pelos Estados Unidos e seus aliados. Esse comportamento foi possível pela dotação de um robusto componente militar convencional (não nuclear) no seio da grande estratégia de Moscou.

Apesar de compartilhar da percepção dos EUA sobre a perda da dianteira tecnológica do Ocidente e de seu impacto para a difusão de capacidades militares (IISS, 2018), Moscou possui uma leitura realista do ambiente internacional: embora perceba distribuição de poder, o cenário internacional é visto como mais propenso a tensão e conflito, possibilitados pelo incremento da competição entre grandes potências (RUSSIAN FEDERATION, 2015).

Se por um lado, Washington acusa Moscou de desestabilizar regiões (UNITED STATES OF AMERICA, 2017), a Rússia se vê como alvo de campanhas de desestabilização por parte dos EUA (TASS, 2017). Essa interpretação tem como base as “Revoluções Coloridas” que se espalharam do Oriente Médio até a Europa, impactando diretamente a fronteira geopolítica da esfera de influência russa na região: a Ucrânia. Enquanto que acadêmicos ocidentais discutem o que ficou conhecido como “Doutrina Gerasimov” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018b), o país desenvolveu um processo de reforma militar que habilitou a Rússia a retomar a iniciativa na competição eurasiática.

O governo russo, através dos programas estatais de compras, buscou estimular a indústria de defesa do país (IISS, 2017). No campo organizacional, a Rússia fez o esforço de reorganização espacial de suas forças armadas através da criação de comandos operacionais estratégicos, conforme ilustrado na figura 4.

Figura 4 – Comandos Operacionais Estratégicos da Rússia

Fonte: IISS (2017, p. 188).

Estruturada sob os pilares doutrinário, tecnológico e organizacional, a reforma militar em curso desde 2008 tem habilitado Moscou a empreender uma grande estratégia ativa para a consecução de seus interesses (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018b). Entretanto, os interesses prementes do país se situam fundamentalmente na Eurásia, sendo a área do *Crescente Interno* seu horizonte de expansão. Desta feita, a ação de contenção contra a Rússia realizada pelos Estados Unidos nas duas franjas da Eurásia encontra na iniciativa de Moscou um esforço de contra-tenção vindo do interior da *ilha mundial*. Contudo, na atualidade, o embate central entre a potência terrestre russa e a potência marítima estadunidense se dá principalmente na Europa, Ásia Central e Oriente Médio. Do outro lado da Eurásia, o teatro asiático é o ponto fulcral da competição sino-americana.

Geopolítica e Estratégia da China

Tradicionalmente uma potência terrestre, a geopolítica da China se projeta historicamente para o interior da Ásia. A China buscou se projetar para a Ásia meridional, logrando conquistar territórios da Índia. Construiu no Sudeste Asiático (Vietnã, Laos e Camboja) um espaço de influência chinês ao longo da história. Por sua vez, a fronteira norte - com a Mongólia e Rússia - constituiu uma clássica zona de limites. No sentido oposto, a projeção para o sul foi normalmente obstaculizada por dois fatores. Primeiro, de ordem física, consiste no Mar como limite e a existência do Japão como antagonista marítimo. Segundo, de caráter mental: ao longo do tempo a China nutriu muito mais uma mentalidade terrestre do que marítima, algo arraigado em sua cultura estratégica (ROMANA, 2016).

A geopolítica e estratégia chinesas possuem um caráter fortemente regional, centrando-se no Nordeste e Sudeste Asiático, com impactos para a Ásia meridional. Contudo, na última década o horizonte histórico de atuação chinês não coincide plenamente com a sua zona de expansão tradicional. O acelerado crescimento econômico do país e a sua conversão em principal potência manufatureira na economia mundial torna mandatório a busca por matéria prima e energia, tal como a segurança das fontes e rotas de suprimentos das quais Pequim depende. Por essa razão, não apenas a China se projeta cada vez mais para os oceanos Pacífico e para o Índico, como tem na costa oriental da África um laboratório para a sua geopolítica neste quartel do século XXI. Baseado nesses fatores e, em particular, na fala do presidente Xi Jinping para o 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, pode-se afirmar que a imaginação geopolítica chinesa tem passado por transformações: de um pensamento terrestre, torna-se cada vez mais orientado ao mar (JINPING, 2017).

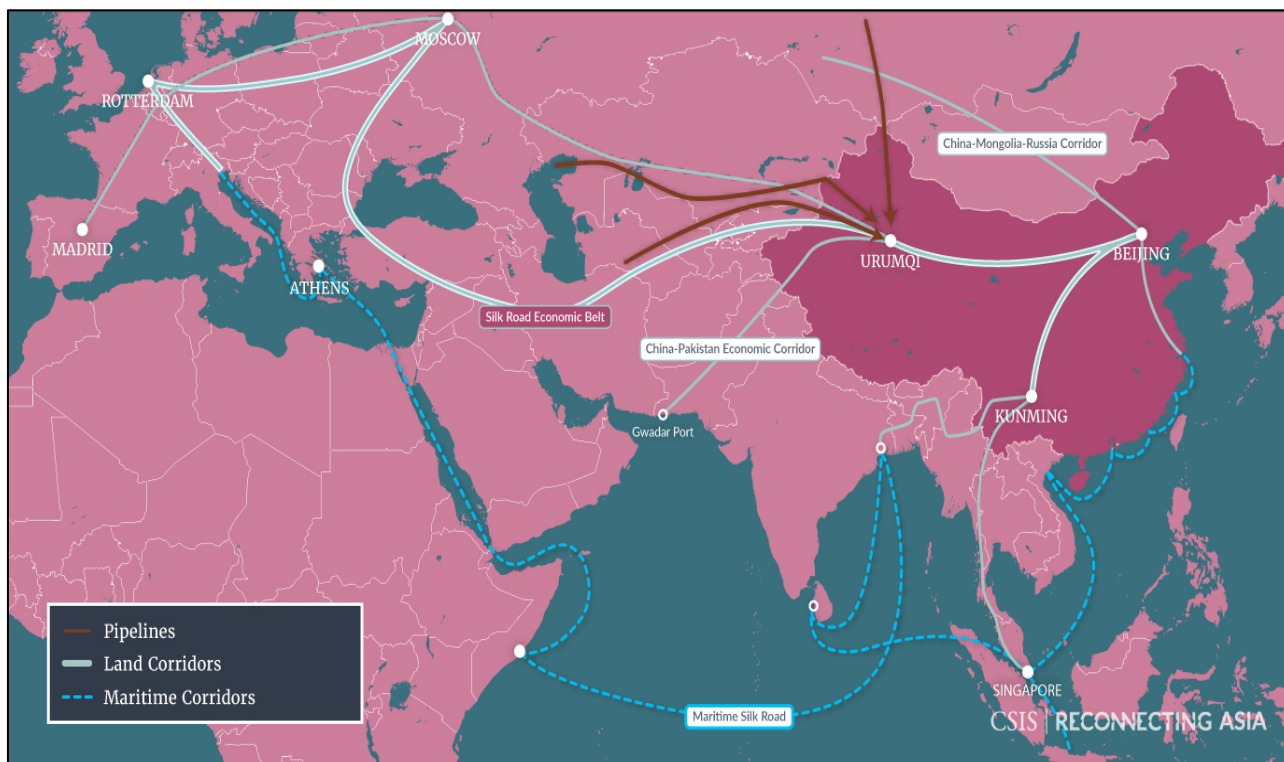
Possivelmente, nenhum projeto ilustra melhor a grande estratégia chinesa do que a “*Belt and Road Initiative*” (BRI) (WUTHNOW, 2017). Muito além de um mega-projeto de infraestrutura e logística, a iniciativa “um cinturão, uma rota” compõe o repertório de medidas adotadas por Pequim com fins a moldar a ordem eurasiática com base no peso econômico, industrial e financeiro de Pequim. Para melhor ilustrar essa imaginação geopolítica, a Figura 5 apresenta uma cartográfica da visão chinesa.

As áreas marítimas e terrestres as quais a “nova rota da seda” visa conectar passam por estreitos e linhas de comunicação oceânicas disputadas ou por territórios conflagrados ou por atores receosos em relação aos intentos de Pequim. Nessa linha de raciocínio, um primeiro contexto de crise emergiu às portas do

horizonte de expansão chinesa: o Mar do Sul da China. A construção de bases e instalações militares nesse ambiente marítimo corresponde ao objetivo por parte de Pequim de garantir a segurança e controle do Mar do Sul da China e de suas águas vizinhas (IISS, 2018, p. 219). A salvaguarda da China em favor do que chama de direitos históricos (CHINA, 2014) a coloca em antagonismo com vários países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Nações como Vietnã, Filipinas e Malásia têm apresentado dificuldades ao comportamento coercitivo de Pequim em seu intento de reconfigurar o espaço marítimo como seu *Mare Nostrum*. Contudo, desde o contencioso sobre as ilhas Senkako/ Diaoyu, situada no Mar da China Oriental, potências regionais como o Japão têm se mostrado como antagonistas à altura do desafio (IISS, 2018). A dinâmica de competição sino-japonesa traz consigo os riscos de uma corrida armamentista no Leste Asiático. No sentido de frear a expansão chinesa para o Pacífico, recentemente Tóquio anunciou que adaptará os seus porta-helicópteros para que possam operar aeronaves de asa fixa (McCURRY, 2018).

Outra potência regional asiática com a qual a China compete em sua expansão é a Índia. Ao longo da última década a Marinha do Exército de Libertação Popular tem realizado sucessivas operações-fora-de-área. Uma área central dessa projeção geoestratégica tem sido o Oceano Índico e os países que o margeiam. Por exemplo, a China construiu uma base militar no país africano de Djibouti, permitindo-a agir com maior liberdade e prolongada em operações antipirataria no Golfo de Áden (IISS, 2017). Outro exemplo de operação fora-de-área por parte da marinha chinesa são a participação do país no exercício *Joint Sea 2017* em conjunto com a Rússia no mar Báltico.

Figura 5 – A iniciativa “Um cinturão, uma rota”

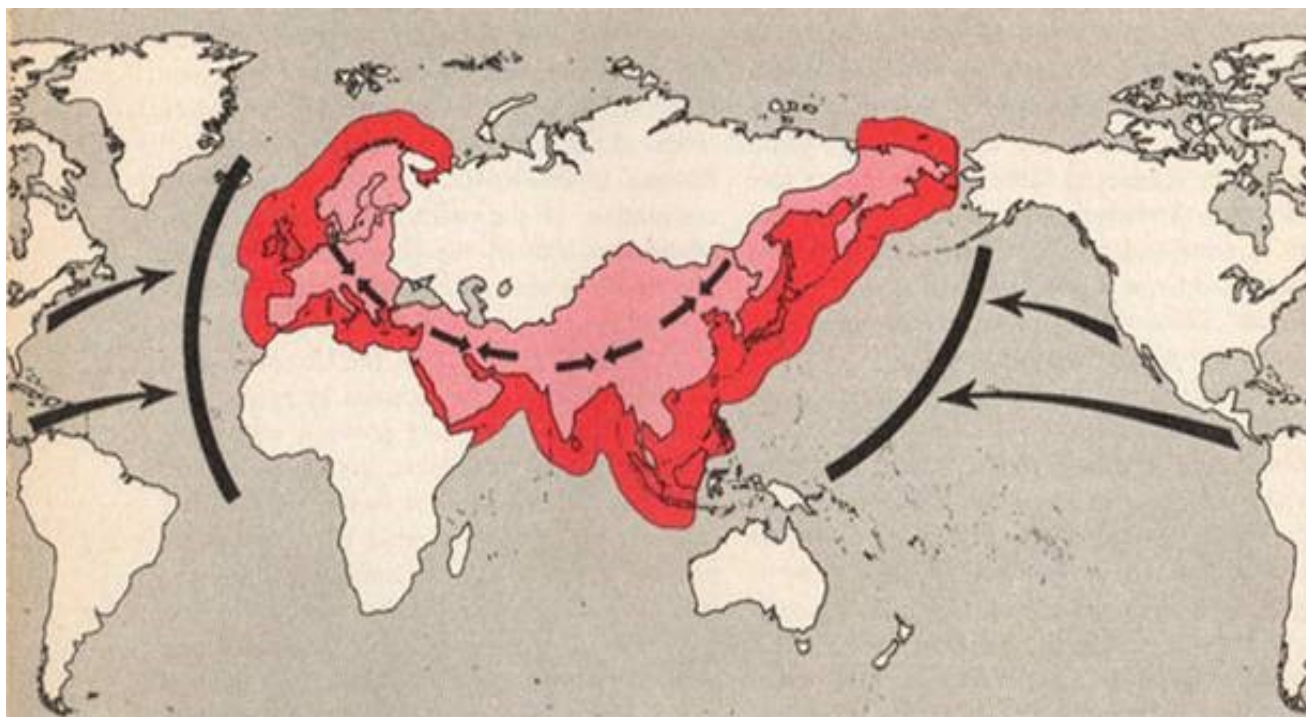
Fonte: CSIS (2018).

A geopolítica contemporânea da China assenta num processo de construção de capacidades multidimensionais. Não apenas o seu pujante crescimento econômico e capacidade industrial, financeira e tecnológica criam as bases para o poder nacional sínico, como no campo estratégico, doutrinário e militar – a China passa por um expressivo processo de modernização militar.

A evolução doutrinária chinesa (SINGH, 2016) incorpora a concepção de informatização da guerra como parâmetro de preparação militar e de engajamento entre forças nos diversos domínios de operações. Com isso, a doutrina ancestral da “guerra do povo” se metamorfoseia numa versão informatizada no século XXI. A mudança na doutrina dialoga *pari passu* com as transformações dadas no campo tecnológico. Atualmente, se prevê que o país tenha logrado

atingir a primeira etapa pretendida da modernização, a saber: a mecanização e informatização de suas forças armadas (IISS, 2018, p. 225). Por sua vez, o pilar organizacional por qual passa a modernização chinesa tem como exemplo fundamental a reorganização dos comandos de teatro (IISS, 2018). Ainda no campo organizacional, a criação da Força Conjunta de Apoio Logístico do Exército de Libertação Popular da China reforça a tendência de buscar a interoperabilidade como base para a força conjunta do futuro.

Figura 6 – *Rimland* de Spykman



Fonte: Sequeira (2014).

Semelhante ao caso da Rússia, por mais que a China possua uma ênfase regional em sua geopolítica, o país expande a sua atuação para fora de sua zona de irradiação imediata. Para além de razões econômicas e comerciais, romper o cerco estadunidense, em particular quando costurado pela estratégia de *Offshore Balancing* (MEARSHEIMER e WALT, 2016), demanda a projeção geoestratégica para regiões para além do seu espaço estratégico original. Enquanto a Rússia se projeta fortemente para a Europa de Leste, Ásia Central e Oriente Médio, a China se lança para o Leste Asiático, Ásia meridional e África como horizontes de expansão geopolítica. Como resultado da ação das forças centrífugas (China e Rússia) e centrípetas (Estados Unidos e Aliados), a Eurásia converte-se mais uma vez em polo central da competição geoestratégica entre o poder terrestre e marítimo na geopolítica contemporânea.

De forma mais detida, o clássico *Rimland* de Nicholas Spykman ainda é o

principal palco dos esforços de contenção e contra-tenção entre as grandes potências em antagonismo. Desta feita, indaga-se, quais as implicações da configuração do tabuleiro estratégico analisado acima para o Brasil?

Implicações para o Brasil Da Incorporação de Seu Entorno Estratégico ao Tabuleiro Internacional

Conforme demonstrado até o momento, a Eurásia é o grande tabuleiro estratégico em que se dá a competição e disputa entre as potências capacitadas a afetar da polaridade do sistema internacional. O tabuleiro internacional pode ser destrinchado como possuindo três níveis estruturantes. Primeiro, a Eurásia, cerne da *Ilha Mundial*. Em especial, a região equivalente ao *Crescente Interno* de Mackinder ou *Rimland* de Spykman, constitui a prioridade na competição geoestratégica

entre Estados Unidos, Rússia (Europa) e China (Ásia-Pacífico). Segundo: a dinâmica centrífuga e centrípeta eurasiática se expande para o segundo horizonte de expansão. O Oriente Médio e a África podem ser considerados como o horizonte de expansão subsequente aos núcleos europeu e do Leste Asiático. Na perspectiva russa, a busca pelo preenchimento de seu entorno imediato e a sua projeção para o Oriente Médio, Ásia Central e mais recentemente a África (TASS, 2018) exemplifica um segundo horizonte de expansão. A expansão chinesa pelo Ásia Meridional, Oceano Índico e o seu peso na costa oriental da África são representativos dessa dinâmica.

Se observarmos atentamente à descrição do parágrafo anterior ficará evidente que o espaço central e sua zona de irradiação subsequente na competição geoestratégica entre o poder marítimo e terrestre se processa fundamentalmente na área definida por Mackinder (1904) como *Ilha Mundial*. Entretanto, se essa inferência procede, qual o papel do Brasil e de sua região? A América do Sul, uma *Ilha Exterior*, estaria na região do *Crescente Externo*, uma condição periférica e distante dos grandes centros de competição e conflito internacional. Destarte a leitura de marginalização da América Latina nos esquemas geopolíticos (CAIRO, 2008), a condição periférica não retira da região relevância geopolítica e estratégica para a competição centrada na *ilha mundial*. Se como observado anteriormente, Rússia e China optam por respostas assimétricas em sua competição com os EUA¹⁷; no campo geopolítico a projeção para a terceira área de expansão reveste-se de significado e função geoestratégica. A América Latina constituiria um espaço útil para a estratégia de contra-

contenção aos Estados Unidos. Distinto da *Ilha Mundial*, uma zona de disputa por definição, ao forçar uma reação dos EUA em seu hemisfério e área de influência imediata, a luta na região do Entorno Estratégico brasileiro é mais uma oportunidade de reduzir a pressão dos EUA ao longo do *Rimland* eurasiático.

O contexto de reinserção da América Latina como palco na disputa geoestratégica global tem na primeira década de 2000 um ponto central. Com a ascensão de Putin à presidência a Rússia retomou o intento de reposicionar-se como grande potência. Para tal era mister assegurar o seu entorno estratégico, frear a expansão da OTAN e contribuir para a formação de um mundo policêntrico. Na Ásia, a China consolidou a sua posição como grande potência asiática e passou a buscar moldar a ordem asiática, questionando a primazia dos EUA na manutenção do equilíbrio de poder no continente.

Na América do Sul, a ascensão de governos de esquerda em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela – entre outros – contribuiu para uma maior abertura para relações exteriores com potências reformistas e revisionistas, dentre as quais China e Rússia (MARES, 2012). Concomitante ao processo de aproximação de países da região com os atores supracitados, os Estados Unidos realizavam um distanciamento da região ao centrar-se no Oriente Médio como zona prioritária na primeira década deste século.

Nos últimos anos as relações russo-americanas deterioraram significativamente. Apesar das relações sino-americanas não assumirem uma tônica tão agressiva, contenciosos como os do Mar do Sul da China têm forçado dinâmicas armamentistas, ações

¹⁷ Por exemplo: sistemas de anti-acesso e negação de área.

coercitivas e escaladas que questionam o ideário de ascensão pacífica chinesa. Em termos de longa duração, a disputa entre China, Rússia e os Estados Unidos tem como problema a mudança de polaridade, a transição de poder e o futuro da ordem internacional.

Figura 7 – O Entorno Estratégico do Brasil



Fonte: Valim (2017, p. 13).

Nesse embate, a região do Entorno Estratégico brasileiro se insere como um dos palcos em que a disputa se desenvolve. Por essa razão, comportamentos como balanceamento, em suas expressões dura e suave (PAUL, 2004), constituem expressões do repertório da política de poder que captura a região. A geopolítica sul-americana se processa em diálogo e é influenciada pelas dinâmicas geoestratégicas internacionais, permeadas por relações de balanceamento, contenção e contra-tenção por parte de potências como EUA, Rússia e China. Como problema, essa realidade incide sobre a própria imaginação geopolítica brasileira.

Como pode ser percebido pelos conceitos da Geopolítica Clássica trabalhados ao longo do presente artigo, regiões não existem per si, não são realidades geográficas dadas. O analista interpreta o mundo físico e a imaginação geopolítica no sentido de propor conceitos e teorias que apoiem um entendimento da realidade que guie a política (GRAY, 1999). Nesse sentido, a imaginação geopolítica brasileira¹⁸ nas últimas décadas tem no conceito de Entorno Estratégico brasileiro uma ideia força relevante.

Como resultado do acirramento da competição geoestratégica eurasiática e de sua propagação da *Ilha Mundial* para a América Latina¹⁹, o Entorno Estratégico brasileiro e o seu ambiente regional são acometidos pelo peso, poder e interesses de atores extrarregionais. Não obstante o Brasil seja a principal potência regional na América do Sul, dificilmente balanceável em termos do poder duro por seus pares regionais, o alinhamento de atores regionais com potências extrarregionais subverte os cálculos de poder e pressão no subcontinente americano. O colapso de iniciativas como a União Sul-Americana de Nações, em particular do Conselho de Defesa Sul-Americano, representa oportunidades perdidas para o Brasil frear a captura da geopolítica regional por parte de dinâmicas competitivas eurasiáticas de origem.

Nas últimas décadas, deu-se a estruturação de diádes cooperativas entre potências extrarregionais e regionais. O alinhamento entre Estados Unidos e Colômbia recentemente ascendeu a um patamar superior

¹⁸ O conceito em apreço surge na Política de Defesa Nacional de 2005, sendo reformulado na Estratégia Nacional de Defesa na versão de 2012. Não obstante uma expressão desenvolvida e promovida por órgãos do Estado, o conceito ganhou capilaridade no meio acadêmico e serviu como aporte para reflexões sobre geopolítica, política externa e defesa no Brasil a mais de uma década.

¹⁹ Embora a delimitação do Entorno Estratégico Brasileiro abarque a América Latina, a análise em tela focará nas dinâmicas sul-americanas. O recorte se justifica em virtude da própria priorização na última década da ideia de América do Sul na Política Externa Brasileira, em detrimento a expressão América Latina.

dada a entrada de Bogotá como *Nato Global Partner* (DUSSÁN, 2018). Em oposição à primeira diáde, Rússia e Venezuela contam com mais de uma década de aproximação robusta. A atual crise venezuelana apresenta um contexto relevante para sinalização de alinhamentos, apoio e balanceamento brando entre Rússia, China e Estados Unidos e aliados. Para além da participação de Moscou nos esforços de reequipamento militar da Venezuela na última década, da doação de toneladas de grãos (DEVITT, 2017), além de acordos para investimentos bilionários na área de petróleo e gás (G1, 2018), a Rússia tem se mostrado um parceiro significativo em apoio ao governo de Caracas, em grave crise econômica e social. Com destaque para o envio de dois bombardeios Tu-160, a Rússia enviou em dezembro de 2018 meios aéreos para a realização de manobras e exercícios militares com a Força Aérea da Venezuela (FRANCE PRESSE, 2018), um forte sinal de apoio à Caracas²⁰. Por sua vez, nos últimos anos a China tem se tornado um ator fundamental na geopolítica e geoeconomia da América do Sul (VADELL, 2018), como exemplo, Pequim tem apoiado política e economicamente a Venezuela, a exemplo da assinatura de 28 acordos de cooperação entre China e Venezuela (EBC, 2018).

O quadro acima apresenta-se mais complexo se considerarmos que, para além do transbordamento da competição geoestratégica entre EUA, China e Rússia para a América do Sul, duas outras grandes potências fazem parte da realidade geográfica da região: Reino Unido e França. Desde a guerra das Malvinas, em 1982, o Reino Unido mostrou determinação em defender sua possessão de ultramar. Mais recentemente, no sul do Atlântico Sul, as defesas militares das ilhas passaram por

melhoramentos, em meio a uma escalada diplomática entre Buenos Aires e Londres sobre o direito às Malvinas. Incrustada ao norte do subcontinente, a Guiana Francesa é um departamento de ultramar francês com fronteira com Brasil na sensível região amazônica.

Os alinhamentos em questão e os territórios ultramarinos na região por parte de grandes potências extrarregionais afetam não apenas as dinâmicas de balanceamento entre potências globais, mas ao conectar a América do Sul a tendências do nível do sistema, incide no próprio equilíbrio de poder sul-americano. É possível considerar que se a América do Sul é o coração do Entorno Estratégico brasileiro, ele também é um espaço de disputa entre potências revisionistas, reformistas e de *status quo*. Com efeito de inserir as cercanias do Brasil numa luta geoestratégica para a qual o país não se vê preparado, a mudança da polaridade global neste momento do século XXI incide sobre as opções e a autonomia do Brasil nesse ambiente em transformação. A questão que se mantém em aberto é sobre quando o *soft balancing* empreendido na região entre Rússia, China e EUA poderá escalar de ações diversionárias²¹, com foco na Eurásia, para a efetiva transformação da América do Sul como espaço de disputa geopolítica, calcada pelo uso da força como instrumento da política.

Considerações Finais: Implicações para o Exército Brasileiro

Mais de um século se passou desde que a Geopolítica surgiu como disciplina acadêmica. Apesar das inúmeras transformações ocorridas

²⁰ Para uma avaliação alternativa sobre o engajamento russo na região, ver Dall'agnol, Zabolotsky, Mielniczuk (2018).

²¹ “Ação que tem por fim desviar a atenção do inimigo, quanto às verdadeiras intenções de nossas forças.” (BRASIL, 2007, p. 16).

no sistema internacional desde então, a Geopolítica Clássica ainda exhibe fôlego analítico para interpretar a realidade que se descortina diante do Brasil. Conforme desenvolvido ao longo do presente artigo, a política de poder, a tradição realista e a Geopolítica constituem lentes necessárias para captar o quadro de transformação em curso, o qual o Brasil é ligado irremediavelmente.

A mudança do padrão de polaridade neste século XXI, cada vez mais próxima da multipolaridade, se faz acompanhada pelo redesenho do tabuleiro internacional sob as tintas da geopolítica e da geoestratégia. Nele, Estados Unidos, China e Rússia são mais uma vez representantes de linhas de longa duração na geo-história mundial. A luta entre potências terrestres e marítimas desponta, uma vez mais, não como determinação histórica, mas como uma das possibilidades em que se estruturam o embate pela reconfiguração da geopolítica mundial no presente século. Como desenvolvido, estas linhas transbordam para a América do Sul, incorporando a região como parte deste tabuleiro estratégico, apesar de sua condição periferia e marginal dentro dos grandes esquemas de luta pelo poder mundial.

O regionalismo de segurança, tão debatido nos anos 1990 e 2000 (LAKE e MORGAN, 1997; BUZAN e WAEVER, 2003) dá espaço para o retorno do *sistema político fechado* mackinderiano. Nesse quadro, a América do sul como *Ilha Exterior* se vê tragada marginalmente pela geopolítica e geoestratégia da competição entre grandes potências, notadamente os Estados Unidos, China e Rússia. Destarte a centralidade da Eurásia, de uma forma mais ampla a *Ilha Mundial*, todas as grandes potências constroem capacidades para projetar poder em todas as dimensões da guerra e domínios de operação.

Dada a retração estratégica brasileira nos últimos cinco anos e o acelerado processo

de penetração na região por parte de grandes potências extrarregionais, faz-se necessário repensar as bases do poder militar do Brasil. Em particular, o Exército brasileiro poderá aprender com as experiências em curso no tocante a transformação, modernização e reforma militar sobre a importância do desenvolvimento de sistema de anti-acesso e negação de área (A2/AD), o imperativo da interoperacionalidade nas operações militares contemporâneas e como a reestruturação da defesa e das forças armadas impacta decisivamente no cálculo dissuasório do País. Um ponto essencial, compartilhado entre os casos analisados, é o apreço pela ideia de força conjunta, apta a operar em todos os domínios de operações em que a geopolítica se desdobra.

Apesar de países como Rússia e China observarem a deterioração das condições de superioridade militar dos Estados Unidos, algo percebido no país também; a distância tecnológica do Brasil com esses atores dificilmente permitirá ao Exército Brasileiro pensar em sua transformação como ator unitário. As três experiências analisadas aqui demonstraram um relativo padrão: a grande estratégia aponta a macro articulação entre objetivos políticos e as diversas expressões do poder nacional; executivo nacional (civil) influíram decisivamente sobre processos de reestruturação da defesa e das forças armadas; a ação geoestratégica se retroalimentou de processos de mudança militar empreendidos no âmbito doméstico.

Por fim, para jogar no tabuleiro internacional, e não apenas ser uma peça no tabuleiro, mostrou-se essencial a articulação entre objetivos nacionais, política externa e poder militar. A geoestratégia, enquanto administração estratégica dos objetivos geopolíticos do Estado, requer o aproveitamento dos aspectos fixos e mutáveis da política internacional: geografia e cultura estratégica. Em síntese, conforme converge a

escola geopolítica brasileira sobre a existência de uma vocação geopolítica nacional, faz-se necessário saber qual espaço queremos e que

papel devemos desempenhar neste tabuleiro internacional marcado pela competição, conflito e força.

Referências

BRASIL, Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BREZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**: American primacy and its geostrategic imperatives. New York: Basic Books: 1997.

BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers**: World Politics in the Twenty First Century. Cambridge: Polity, 2004.

CHINA, Ministry of National Defense. **China's Military Strategy**. The State Council Information Office of the People's Republic of China. May 2015. Beijing. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805.htm>, Acesso em: 19 out. 2018.

CSIS. Competing Visions, Reconnecting Asia. **Center for Strategic & International Studies**, 2018. Disponível em: <<https://reconnectingasia.csis.org/analysis/competing-visions/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

DALL'AGNOL, Augusto C.; ZABOLOTSKY, Boris P.; MIELNICZUK, Fabiano. The Return of the Bear? Russian Military Engagement in Latin America: The Case of Brazil. **Military Review**, July 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/Army-Press-Online-Journal/documents/Mielniczuk-Russia-Brazil.pdf>>, Acesso em: 27 ago. 2018.

DAVIS, Julie Hirschfeld. "Trump Warns NATO Allies to Spend More on Defense, or Else". The New York Times, July 2, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/07/02/world/europe/trump-nato.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DEVITT, Polina. Russia to supply 600,000 tonnes of wheat to Venezuela: minister. **Reuters**. September 18, 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-russia-grains-tkachev/russia-to-supply-600000-tonnes-of-wheat-to-venezuela-minister-idUSKCN1BT21V>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DOLLAR, David. The AIIB and the 'One Belt, One Road'. **Brookings**. Summer 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/the-aiib-and-the-one-belt-one-road/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DUGIN, Alexander. The nation-state and the multipolar world. **Katehon**, 2016. Disponível em: <<http://katehon.com/article/nation-state-and-multipolar-world>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

DUSSÁN, Yolima. Colombia: A Global NATO Partner. **Dialogo – Digital Military Ma**

gazine. 8 August 2018. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/en/articles/colombia-nato-global-partner>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

EBC. China e Venezuela assinam 28 acordos de cooperação estratégica. **EBC Agência Brasil**, 14 set 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-09/china-e-venezuela-assinam-28-acordos-de-cooperacao-estrategica?amp>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FLORES, Mário César. O tumulto da IV Frota. **Poder Naval**. 27 de agosto de 2008. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2008/08/27/o-tumulto-da-iv-frota/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FRANCE PRESSE. Caracas e Moscou farão manobras militares para eventual defesa da Venezuela. **G1**. 10/12/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/10/caracas-e-moscou-farao-manobras-militares-para-a-eventual-defesa-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, 2013, pp. 77-104.

G1. Após encontro com Putin, Nicolás Maduro anuncia investimento bilionário da Rússia na Venezuela. **G1**, 06/12/2018. Disponível em: https://g1-globo-com.cdn.ampproject.org/v/s/g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/2018/12/06/apos-encontro-com-putin-nicolas-maduro-anuncia-investimento-bilionario-da-russia-na-venezuela.ghtml?amp_js_v=a2&_gsa=1#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s. Acesso em: 10 dez. 2018.

GREEN, Michael J. The Legacy of Obama's "Pivot" to Asia. **Foreign Affairs**. September 3, 2016. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/09/03/the-legacy-of-obamas-pivot-to-asia/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?. In: HURRELL, Andrew; et. al. (Eds.). **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Pp. 09-41.

IISS. International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance 2018**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2018.

_____. **The Military Balance 2017**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2017.

_____. **The Military Balance 2016**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2016.

_____. **The Military Balance 2015**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2015.

_____. **The Military Balance 2014**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2014.

JINPING, Xi. Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era. **Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress**. October 18, 2017. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm, Acesso: 19 out. 2018.

KAPLAN, Robert D. **A vingança da geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Tradução Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. In: **The Geopolitics Reader**, Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Paul Routledge (Orgs.). Londres e Nova Iorque: Routledge, 2003. Pp. 61-65.

LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. **Regional Orders: building security in a new world**. David A. Lake e Patrick M. Morgan (Ed.). University Park: Pennsylvania State University, 1997.

MACKINDER, Halford. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, Vol. 170, No. 4, December 2004, pp. 298–321. Disponível em: <https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

McCURRY, Justin. Japan to get first aircraft carrier since second world war amid China concerns. **The Guardian**. Thu 29 Nov 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/nov/29/japan-to-get-first-aircraft-carrier-since-second-world-war-amid-china-concerns>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MEARSHEIMER, John J. Can China Rise Peacefully? The National Interest. October 25, 2014. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York/London: W. W. Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, July/August 2016. Disponível em: <<http://johnmearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Hucit Ed Edusp. 1999.

POSEN, Barry R. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars**. Cornell Studies in Security Affairs. Ithaca and London: Cornell University Press, 1984.

POSEN, Barry. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, Vol. 28, No. 1 (Summer 2003), pp. 5–46. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/posen_summer_2003.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ROMANA, Heitor Barras. Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistêmica e Interdisciplinar. **R. Esc. Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 13-32, jan/abr. 2016.

RUSSIAN FEDERATION. **The Military Doctrine of the Russian Federation** approved by the President of the Russian Federation on December 25, 2014. Disponível em: <<https://rusemb.org.uk/press/2029>>, Acesso em: 27 ago. 2018.

SEMPA, Francis P. The Geopolitical Vision of Alfred Thayer Mahan. **The Diplomat**. December 30, 2014. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/12/the-geopolitical-vision-of-alfred-thayer-mahan/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

SEQUEIRA, Jorge M. D. As Teorias Geopolíticas e Portugal. **Revista Militar**, N° 2547 – Abril de 2014. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/914>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SINGH, Prashant Kumar. **Changing Contexts of Chinese Military Strategy and Doctrine**. IDSA Monograph Series, No. 49, March, 2016.

SUSHENTOV, Andrey. "The Russian Response to the RMA: military strategy towards security threats". In: Jeffrey Collins and Andrew Futter (Org.), **Reassessing the Revolution in Military Affairs**: transformation, evolution and lessons learnt. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2015. Pp. 112- 131.

PUTIN: RUSSIA WON'T allow 'color revolutions' on its territory. **TASS**. 12 Abr 2017. Disponível em: <https://www.rbth.com/news/2017/04/12/russia-wont-allow-color-revolutions-on-its-territory_740817>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RUSSIA READY TO send more military instructors to Central African Republic. **TASS**. October 22, 2018. Disponível em: <<http://tass.com/politics/1027111>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Geopolítica**: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Era uma vez um Complexo Regional de Segurança: Entorno Estratégico brasileiro ou Vazio de Poder Sul-Americano? In: Érica C. A. Winand; Thiago Rodrigues; Sérgio Aguilar. (Org.). **Defesa e segurança do Atlântico Sul** VIII ENABED. 1ed., 2016.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: **Análise Estratégica**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 5-20, nov. 2018b. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1837>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: **Análise Estratégica**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 5-17, ago. 2018a. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1636>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of The United States of America**: Sharpening the American Military's Competitive Edge. Washington D.C., 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. December 2017.

VADELL, J. A. China in Latin America: South-South Cooperation with Chinese Characteristics. **Latin American Perspectives**. 2018.

VALLIM, José D. A. A Força Expedicionária por Excelência. **Revista Âncoras e Fuzis**, nº 48, 2017. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/ancorasefuzis48.pdf>>, Acesso em: 10 dez. 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WUTHNOW, Joel. "Chinese Perspectives on the Belt and Road Initiative: Strategic rationales, risks, and implications". **China Strategic Perspectives**, 12. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies. National Defense University. 2017.

O Brasil diante das aceleradas transformações tecnológicas: subsídios para as edições 2020 da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa

Peterson Ferreira da Silva*

RESUMO: O objetivo deste texto é situar o Brasil diante das aceleradas mudanças tecnológicas verificadas no cenário internacional, buscando delinear potenciais aportes analíticos para o processo de elaboração das atualizações, programadas para 2020, dos documentos Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. A partir dessa sucinta análise, torna-se possível indicar a importância de se aprofundar questões como (i) o incremento de ambientes conjuntos; (ii) a maior coordenação e priorização das aquisições militares das três Forças, com foco no planejamento por capacidades; (iii) a criação de um quadro de especialistas civis no Ministério da Defesa; e (iv) o enfrentamento da questão da proporção entre os relativamente elevados gastos com Pessoal e baixos Investimentos.

Palavras-chave: Tecnologia; Defesa Nacional; Forças Armadas; Brasil; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The objective of this paper is to situate Brazil in the face of accelerated technological changes in the international context, seeking to delineate potential analytical contributions for the 2020 Brazilian National Defense Policy and National Defense Strategy documents. From this brief analysis, it becomes possible to point out the importance of deepening issues such as (i) the increase of joint efforts between Armed Forces; (ii) the importance of greater coordination and clearer prioritization processes of defense acquisitions, focusing on capability planning; (iii) the lack of definition regarding the creation of a cadre of civilian specialists in the Brazilian Ministry of Defense; and (iv) tackling the issue of the ratio between high Personnel and relatively low Equipment expenditures.

Keywords: Technology; Defense; Armed Forces. Brazil; Public Policies.

Doutor em Relações Internacionais (IRI-USP), professor do campus Brasília da Escola Superior de Guerra (ESG) e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). Este artigo, assim como as ideias, informações e dados nele contidos, expressam o pensamento de seu autor, sendo de sua inteira responsabilidade, não representando necessariamente a posição do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Exército Brasileiro.

Sumário Executivo

- Diversas tecnologias foram ganhando cada vez mais espaço nos planejamentos militares ao redor do globo, na esteira dos desenvolvimentos ocorridos especialmente entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs);
- Entre os campos disruptivos com chances de provocar maiores impactos para a defesa nos próximos anos estão, por exemplo, a Inteligência Artificial e sua relação com a Computação Cognitiva; a Internet das Coisas; *Big Data*; *Blockchain*; a Inteligência Artificial associada à Defesa Cibernética; a Robótica; os sistemas, armamentos e tomada de decisão envolvendo tecnologias autônomas; os novos materiais; e, por fim, a Manufatura Aditiva (Impressão 3D);
- São cada vez mais frequentes as possibilidades (e vantagens) da adaptação de tecnologias comerciais padronizadas civis (*Commercial Off-the-Shelf* – COTS) para aplicações militares (*spin-on/in*), tornando cinzenta a própria distinção entre tecnologias “civis” e “militares”;
- Países como EUA, China e Rússia têm empreendido reformas em seus respectivos aparatos de defesa, bem como vêm promovendo adaptações contínuas, focando, de maneira geral, em reformas organizacionais, redução de efetivos e priorização de atualização tecnológica;
- Nesse quadro, tendo em vista o processo de atualização das edições 2020 da PND e da END, torna-se possível indicar a importância de aprofundarem-se questões como (i) o incremento de ambientes conjuntos; (ii) a maior coordenação e priorização das aquisições militares das três Forças, com foco no planejamento por capacidades; (iii) as indefinições, desde 2008, em torno da criação de um quadro de especialistas civis no Ministério da Defesa; e (iv) o enfrentamento da questão da proporção entre os relativamente elevados gastos com Pessoal e baixos Investimentos.
- Conforme apontado neste trabalho, é possível afirmar que os países estudados têm empreendido reformas organizacionais profundas e adaptações constantes, priorizando inovações e buscando reduzir contingentes.

Introdução

A Queda do Muro de Berlim e o poderio norte-americano demonstrado na I Guerra do Golfo (1990-1991) contra Saddam Hussein repercutiram profundamente na segurança internacional e nos aparatos de defesa das principais potências militares. O avanço tecnológico alcançado até então conferiu força ao debate sobre Revolução dos Assuntos Militares (RAM). Guerras centradas em redes (*Netcentric Warfare*) foram vislumbradas após os sucessos obtidos com o emprego, por exemplo, de mísseis de cruzeiro, como o *Tomahawk*, ou de aeronaves com tecnologia furtiva aos radares, como a F-117 e a B-2. Tratava-se da ideia, entre outras, de que a “qualidade” dos meios seria mais importante do que a sua “quantidade”. Em último grau, a RAM prometia desafiar a “névoa da guerra clausewitziana”. As previsões da RAM não se realizaram conforme imaginaram seus entusiastas, mas claramente os EUA emergiram da Guerra Fria como a principal potência militar do planeta, marcando sua presença em diferentes conflitos na década de 90, como na Somália (1993) e nos Balcãs (1999) (HUNTINGTON, 1999; COHEN, 2003).

Enquanto isso, no Brasil havia um processo tímido de reestruturação das Forças Armadas no quadro pós-Constituição de 1988, cujos dois mais substanciais resultados concretos foram o lançamento, em 1996, da Política de Defesa Nacional (PDN) (BRASIL, 1996) e a criação, em 1999, do Ministério da Defesa (BRASIL, 1999; FLORES, 2002).

Com os atentados ocorridos nos EUA em 11 de setembro de 2001, o terrorismo internacional gradualmente dominou a agenda de defesa e segurança nacionais de vários países ao longo dos anos 2000. Salienta-se que, no mesmo contexto, grandes investimentos em Inteligência de Estado foram feitos por

diferentes governos na tentativa de viabilizar a “Guerra ao Terror” e diversas forças armadas ao redor do planeta tiveram unidades de forças especiais alocadas para fazer frente à guerra irregular/assimétrica. Nesse sentido, os EUA demonstraram as vantagens da combinação em escala global entre forças especiais e aparatos de inteligência, o que pode ser ilustrado pela série de operações que culminaram na morte, em 2011, de Osama Bin Laden em seu esconderijo no Paquistão (DAHL, 2014).

Paralelamente, no Brasil, a ascensão do terrorismo na agenda da segurança internacional significou a necessidade de lidar com pressões externas em direção à crescente incorporação de temas como segurança pública e terrorismo em sua agenda de defesa nacional, inclusive no entorno sul-americano, com destaque para a questão da Tríplice Fronteira (FERREIRA, 2012; VILLA, 2014).

Praticamente ao mesmo tempo, durante a década de 90 e, sobretudo, nos anos 2000, as missões de paz se expandiram em quantidade e em escopo no cenário internacional. Milhares de militares das forças armadas, policiais e especialistas civis foram enviados para as diferentes missões da Organização das Nações Unidas (ONU) nesse período, especialmente entre 2000 e 2015 (IPI, 2018). Tais missões atualmente transcendem objetivos meramente militares, buscando contribuir para o desenvolvimento econômico e social, bem como para o fortalecimento institucional dos governos assolados por crises e conflitos (KENKEL, 2013). Em outubro de 2018, estavam em andamento ao todo quatorze operações de paz no âmbito da ONU, reunindo

103.190 pessoas, sendo 88.946 uniformizados¹ (ONU, 2018).

O Brasil, por exemplo, enviou, em 1999, tropas para a Missão das Nações Unidas em Timor Leste (UNAMET) e, em 2004, para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), assim como comandou, a partir de 2011 no Líbano, a primeira Força-Tarefa Marítima (FTM) em operações de paz da ONU (UNIFIL) (BRASIL, sem data).

Nesse interregno, várias tecnologias foram ganhando cada vez mais espaço nos planejamentos militares ao redor do globo, na esteira dos desenvolvimentos ocorridos especialmente entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Por um lado, a partir da Segunda Guerra Mundial, vários segmentos industriais civis foram beneficiados pelos recursos originalmente destinados a projetos militares, como a área da indústria aeroespacial e o campo nuclear. Por outro lado, observa-se que o crescimento exponencial de tecnologias como o *Global Position System* (GPS) ou mesmo a rede mundial de computadores, ambos originados no setor militar, ocorreu de fato no contato com o competitivo e globalizado mercado civil. Assim, o exemplo mais paradigmático nessa direção é a rápida evolução verificada no campo de veículos aéreos não-tripulados (*drones*), os quais nos últimos anos puderam ser vistos em conflitos envolvendo desde membros do Estado Islâmico na Síria (GIBBONS-NEFF, 2017) até forças regulares na Crimeia (FREEDBERG JR., 2015).

Guerra do Futuro com Indústria de Defesa do século XX? O caso dos Drones

As forças armadas dos EUA, por exemplo, dedicaram aproximadamente US\$ 30 bilhões por ano durante os anos 90 para aplicar os avanços da computação nas mais variadas tarefas, reforçando o sucesso visualizado na I Guerra de Golfo, conforme já mencionado. Porém, é a partir da metade da década de 90 que começaram as mais significativas fusões das tecnologias associadas, por exemplo, ao GPS, aos primeiros *drones* e às conquistas galgadas na indústria em relação aos controles utilizados em vídeo games. Desse modo, os primeiros *drones* mais avançados realizaram sua estreia nos conflitos dos Bálcãs, “coletando informações sobre defesas aéreas sérvias e fluxos de refugiados” (SINGER, 2009, p. 58).

Ao mesmo tempo, os EUA também perceberam, a partir dos episódios do abate, em 1993, do helicóptero *Black Hawk* na Somália e da resistência de enviar forças terrestres para as crises que passariam para a história como os genocídios de Ruanda (1994) e dos Bálcãs (1999), que soldados voltando para casa em caixões era o mais vulnerável centro de gravidade de sua sociedade (Idem, p. 59). Assim, os veículos aéreos não tripulados se apresentaram como um instrumento conveniente e relativamente seguro para aumentar a proteção de suas tropas e, ao mesmo tempo, permitir a eliminação, por exemplo, de líderes terroristas no Iraque e no Afeganistão, suscitando diversas polêmicas, seja no campo ético-moral, seja, por exemplo, sob o prisma da sua efetividade no longo prazo

¹ Sendo 74.992 tropas, 10.687 policiais, 1.261 observadores militares e 2.006 oficiais de apoio.

no enfrentamento ao terrorismo internacional (BYMAN, 2013; CRONIN, 2013).

Além do emprego em guerras, os *drones* também estão lentamente se fazendo presentes em operações de paz. Versões não armadas estão sendo utilizadas, por exemplo, para missões de vigilância e de monitoramento em teatros de operações como na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), na Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (MINURCAT) e na Missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA). O entendimento corrente é que esses equipamentos são mais um meio à disposição dessas missões para prover informações e imagens em tempo real sobre, por exemplo, desdobramentos no terreno que possam afetar a segurança de civis (TAFIRENYIKA, 2016).

A área das tecnologias autônomas em geral continua atraindo bilhões de dólares em investimentos em todo o mundo, ao lado dos marcos alcançados há pouco tempo por outras tecnologias emergentes, como Energia Dirigida, Mineração de Dados, Realidade Virtual e Aumentada, Hipersônica, entre outras. A Agência Europeia de Defesa (EDA), por exemplo, produziu, em 2017, uma lista de dez campos disruptivos com chances de provocar maiores impactos para a defesa nos próximos 5 a 20 anos: (1) Inteligência Artificial & Computação Cognitiva; (2) Internet das Coisas (*Internet of Things*); (3) *Big Data*; (4) *Blockchain*; (5) Inteligência Artificial & Defesa Cibernética; (6) Robótica; (7) Sistemas, armamentos e tomada de decisão envolvendo tecnologias autônomas; (8) novos materiais; (9) Manufatura Aditiva; e (10) nova geração de sequenciamento para a preparação contra ameaças biológicas (EDA, 2017).

Recentemente, observa-se que os *drones* não estão mais restritos às forças armadas, sendo possível encomendar diversos

modelos diretamente em sites na internet. Na realidade, talvez vários desses equipamentos utilizados pelos militares serão, em breve, muito similares aos disponibilizados no meio civil.

Tiny drones could scout high-rise buildings and underground tunnels for possible threats to US troops in cities of the future. But instead of spending years cooking up the necessary drone technologies in military research labs, the Pentagon might be better off shopping for the latest civilian drones coming soon to stores (HSU, 2017).

Certamente as forças armadas ao redor do globo continuarão tendo a primazia do emprego de versões mais avançadas de *drones* com mais de uma tonelada, com grande autonomia, capazes de realizar comunicações seguras, mesmo diante de medidas de guerra eletrônica, com câmeras de alta resolução e armados com mísseis de última geração. O cerne da questão, no entanto, são as cada vez mais frequentes possibilidades (e vantagens) de adaptação de tecnologias comerciais padronizadas civis (*Commercial Off-the-Shelf – COTS*) para aplicações militares, tornando cinzentas as fronteiras entre tecnologias “civis” e “militares”. Segundo Dunne e Braddon (2008), tal realidade cria um problema específico para o setor militar: lidar com o descompasso entre (i) o rápido avanço tecnológico das diferentes partes e componentes e (ii) os tradicionais longos ciclos de vida dos equipamentos militares.

The extraordinary pace of change in electronics technology today means that many recent innovations in parts and components will have a shelf-life of about 18 months, completely in contrast to the long life-cycle of most military hardware. As a result, military equipment is likely to be plagued by technologically obsolete parts which, at present, original vendors have no obligation or incentive to continue to produce or stock (DUNNE; BRADDON, 2008, p. 40).

Todavia, o desafio de acompanhar o frenético passo tecnológico está posto para todos os países que almejem enfrentá-lo. Nesse sentido, não há uma receita a seguir ou qualquer garantia de que uma experiência bem sucedida em um país possa ser replicada em outro. Mesmo a maior potência militar do globo tem encontrado dificuldades em manter sua liderança no campo militar frente a Estados como, por exemplo, China e Rússia (BLANKEN; LEPORE; RODRIGUEZ, 2018; SCHMITT, 2018).

Como os diferentes países estão lidando com o gap tecnológico?

Entre os anos 1990 e 2000, vários países tentaram acompanhar de alguma forma os acelerados desdobramentos do campo tecnológico e suas consequências para as forças armadas. A redução dos orçamentos militares ao redor do globo no pós-Guerra Fria, a incerteza em relação às novas prioridades em termos de ameaças e a demonstração do avançado poder militar norte-americano ao longo dos últimos conflitos certamente repercutiram nos planejamentos militares das mais modernas forças armadas do mundo. E mesmo nos EUA, a maior potência militar do planeta na atualidade, visualizam-se diversas dificuldades em seguir essas mudanças, conforme já apontado - e tal situação também pode ser encontrada em relação aos seus principais “rivals”.

Na Rússia, por exemplo, entre as medidas tomadas durante a reforma de defesa liderada inicialmente por Anatoliy Serdyukov, entre 2007 e 2008, estavam a diminuição do efetivo de oficiais generais, o estabelecimento de limites de idade para ocupar determinadas posições, a extinção de várias unidades militares, a redução de quadros burocrático-administrativos e a criação de quatro

comandos regionais conjuntos, culminando com um ambicioso programa de equipamento com um horizonte de dez anos (2011-2020) (SILVA, 2018).

Na China, por sua vez, a ascensão de Xi Jinping ao poder também marcou o início, em 2015, de uma ampla reforma militar. Entre as ações tomadas podem ser salientadas, por exemplo, o anúncio de corte de 300.000 militares nas forças armadas chinesas, o fortalecimento da Comissão Militar Central, a redução em cerca de um terço de pessoal burocrático-administrativo, a redução da tradicional preponderância da força terrestre (*People's Liberation Army Ground Force*) em relação às outras forças, o estabelecimento de cinco comandos conjuntos, a extinção de mais de mil unidades militares e um massivo investimento em novas tecnologias, sobretudo as associadas às estratégias de antiacesso e de negação de área, como os campos missilísticos, de submarinos e aeronaval (Facts and figures..., 2017).

Portanto, se países de grande estatura político-econômica, como EUA, Rússia e China, encontram dificuldades nesse quadro, o que países como o Brasil estão fazendo (ou poderiam fazer) para tentar acompanhar, minimamente, os acelerados desdobramentos da CT&I em escala global?

O Brasil diante das aceleradas transformações tecnológicas

Após a criação, em 1999, do MD e já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Brasil deu importantes passos em direção à modernização das Forças Armadas. Nesse contexto, é possível sublinhar, por exemplo, o lançamento, em 2004, da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a Defesa Nacional (BRASIL, 2004) e, no

ano seguinte, da Política de Defesa Nacional (PDN) (BRASIL, 2005a) e da Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) (BRASIL, 2005b).

Esses documentos não foram traduzidos em encomendas tecnológicas concretas nos anos subsequentes, mas podem ser considerados importantes na medida em que gradualmente conferiram maior atenção na agenda política para temas associados à indústria e à tecnologia no campo da defesa, permitindo uma maior aproximação entre órgãos e entidades governamentais com segmentos da Base Industrial de Defesa (BID) de uma forma geral. Foi nessa época que foi criado, por exemplo, o então Comitê da Indústria de Defesa (COMDEFESA – atualmente denominado Departamento de Defesa e Segurança), em atividade desde 2004 no âmbito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (FIESP, 2013)². Também é nesse contexto que foi implementada, em 2006, a parceria entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), com o intuito de promover os produtos (bens e serviços) de defesa em feiras no exterior (BRASIL, 2016).

Contudo, o principal marco não só do debate sobre a relação entre tecnologia e defesa, mas também sobre defesa nacional como um todo no Brasil ocorreu com o lançamento, em 2008, da primeira Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2008). Entre as principais contribuições da primeira END perante o quadro de transformações tecnológicas daquele período está a definição de três eixos estruturantes (reorganização das Forças Armadas, reestruturação da Base

Industrial de Defesa e política de composição de efetivos) e de três setores estratégicos (cibernético, nuclear e espacial) (SILVA, 2014). A END de 2008 abriu caminho para uma série de aprimoramentos institucionais no setor de defesa, como (i) a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e o fortalecimento da figura do ministro da Defesa por meio da “Lei da Nova Defesa” de 2010 (BRASIL, 2010b); (ii) a ativação, em 2011, da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) no MD; e (iii) a instituição, em 2012, do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) (BRASIL, 2012a), entre outras iniciativas (SILVA, 2016).

Um aspecto decisivo da END 2008 foi lançar as bases para o conjunto dos projetos militares considerados estratégicos consolidados, em 2012, no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), o qual foi divulgado no primeiro Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2012c), lançado paralelamente às atualizações da END e da redenominada Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012b). Entre os vários projetos estratégicos da defesa colocados em execução a partir da END podem ser destacados, por exemplo, (i) a aquisição de cinquenta helicópteros de origem francesa para equipar a Marinha do Brasil (MB), o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB); (ii) o desenvolvimento liderado pela Embraer da aeronave de transporte KC-390; (iii) a criação do Centro de Defesa Cibernética (BRASIL, 2010a) e a posterior criação, em 2016, do Estado-Maior Conjunto do Comando de Defesa Cibernética (BRASIL, 2017); (iv) o início do projeto de implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

² Este autor foi membro-convidado do COMDEFESA entre 2005 e início de 2018.

(SISFRON); (v) a aquisição de aeronaves multimissão Gripen de origem sueca; e, sobretudo, (vi) o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), abarcando a construção no Brasil de quatro unidades convencionais e uma com propulsão nuclear de tecnologia desenvolvida no Brasil (SILVA, 2015).

Esses e demais projetos estratégicos ganharam, desde 2008, apoios de vários ministérios, por meio de órgãos e entidades como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Plano de Apoio Conjunto Inova Aerodefesa, instituído em 2013, por exemplo, foi resultado da coordenação entre FINEP, MD, BNDES e a Agência Espacial Brasileira (AEB), com o objetivo de apoiar projetos nos setores aeroespacial, de defesa e de segurança (BRASIL, sem data). Além do Inova Aerodefesa, outros aportes têm surgido em direção à área de defesa de diferentes pontos da Esplanada, como (i) o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Defesa); (ii) o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento (PNPC) (BRASIL, 2014); e (iii) a Agenda Tecnológica Setorial (ATS) voltada para Defesa (armas inteligentes, sensores de comando e controle e veículos balísticos e não-tripulados) (BRASIL, 2016), entre outras medidas ligadas a capacitações produtivas e inovadoras (MATTIOLI, 2017).

Todavia, é possível afirmar que a crise política e econômica brasileira, iniciada entre 2013 e 2014, catalisou alguns dos problemas que por décadas afligem o setor de defesa no país, sobretudo no que diz respeito aos

frequentes cortes e contingenciamentos no orçamento militar – o que não ocorre apenas no MD, mas também em vários outros ministérios (AMARAL, 2018).

Principais desafios atuais e possíveis subsídios para as edições 2020 da PND e END

Nos últimos anos, verifica-se a permanência de vários desafios para os quais a própria END de 2008 já definiu alguns direcionamentos. Porém, outros problemas recorrentemente levantados no setor de defesa não foram objeto de considerações mais detidas mesmo nas atualizações posteriores da PND e END, isto é, as versões lançadas em 2012 e em 2016.

Em primeiro lugar, a END 2008 foi clara ao estabelecer a diretriz de unificar as operações da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e do Exército Brasileiro “muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos” (BRASIL, 2008). Para tanto, por um lado, foi criado o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), mas, por outro, a determinação de criar comandos regionais conjuntos, contida na diretriz de “8. Reposicionar os efetivos das três Forças”, ficou no papel tanto na END 2008 quanto em sua versão de 2012, conforme já salientado em artigo anterior (SILVA, 2014, p. 47). Já na versão 2016 (aprovada em 2018)³, a ideia de comandos regionais conjuntos simplesmente não apareceu de forma explícita.

Pelas mesmas razões que exigem a formação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, os Distritos Navais ou Comandos de Área das três Forças terão

³ As versões 2016 da PND, da END e do LBDN foram encaminhadas ao Congresso em 2017 (Mensagem CN nº2, 2017 – Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem), mas foram aprovadas apenas em 2018

(Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018).

suas áreas de jurisdição coincidentes, ressalvados impedimentos decorrentes de circunstâncias locais ou específicas. Os oficiais-generais que comandarem, por conta de suas respectivas Forças, um Distrito Naval ou Comando de Área, reunir-se-ão regularmente, acompanhados de seus principais assessores, para assegurar a unidade operacional das três Forças naquela área. Em cada área deverá ser estruturado um Estado-Maior Conjunto, que será ativado para realizar e atualizar, desde o tempo de paz, os planejamentos operacionais da área (BRASIL, 2008).

As versões 2020 da PND e END, portanto, poderiam abordar novamente essa determinação, nem que seja para esclarecer as razões da opção política de sua não implementação nos próximos anos.

Em segundo lugar, verifica-se que outra diretriz relevante estabelecida na END 2008 foi a centralização da formulação e da execução da política de compras de produtos de defesa no MD, sob responsabilidade da SEPROD (a qual foi ativada em 2011), admitida delegação na sua execução (SILVA, 2014, p. 46). De fato, conforme demonstrado em trabalho anterior (SILVA, 2015), o que ocorre até o momento é a manutenção de “três sistemas de aquisições” nas Forças Armadas, sendo uma de cada Força. Isso evidentemente traz consequências para a concretização de capacidades militares, especialmente daquelas com elevada transversalidade, como a área missilística, a de comando & controle e a de defesa aérea, apenas para citar alguns exemplos. Tal diretriz de centralização se repete na atualização apresentada em 2012, mas na minuta de 2016 essa temática não é abordada.

Em 2019, contudo, foi aprovada a Política de Obtenção de Produtos de Defesa (POBPRODE) para a Administração Central do MD e para as Forças Armadas (BRASIL, 2018), mas nota-se que a principal contribuição dessa Portaria no que se refere à

obtenção conjunta de produtos de defesa é vislumbrar que “deverá ser implantada uma sistemática padronizada, mediante a elaboração de uma diretriz de obtenção conjunta” (art. 12). Nessa direção, as versões 2020 da PND e da END poderiam, por exemplo, indicar se o modelo brasileiro será efetivamente descentralizado (conferindo maior clareza ao processo como um todo, bem como estabelecendo critérios de priorização inter-Forças) ou se o país caminhará paulatinamente em direção a um modelo centralizado de aquisições de defesa (apontando passos para sua adequada implementação).

Em terceiro lugar, verifica-se que a END 2008 determinou que o MD buscasse a criação de um quadro de especialistas civis em defesa:

O Ministério da Defesa realizará estudos sobre a criação de quadro de especialistas civis em Defesa, em complementação às carreiras existentes na administração civil e militar, de forma a constituir-se numa força de trabalho capaz de atuar na gestão de políticas públicas de defesa, em programas e projetos da área de defesa, bem como na interação com órgãos governamentais e a sociedade, integrando os pontos de vista político e técnico (BRASIL, 2008).

Entretanto, passados quase dez anos, o MD ainda não detém tal quadro de especialistas civis, embora tal direcionamento esteja explicitado nas versões 2012 e 2016 da END. Assim, a END 2020 poderia ao menos detalhar os perfis ou as áreas consideradas prioritárias de atuação desses profissionais dentro do MD, o que possibilitaria, por exemplo, que Instituições de Ensino Superior (IES) contribuíssem de algum modo para a formação desses recursos humanos.

Por fim, é possível salientar a questão dos relativamente elevados gastos com Pessoal (incluindo inativos, pensionistas e anistiados) e baixos Investimentos (com reflexos

decisivos para a atualidade tecnológica das Forças). Conforme os últimos dados disponibilizados em 2017 pelo MD, a Marinha do Brasil no ano de 2016 teve 76,7% de seu orçamento alocado para Pessoal; no Exército Brasileiro essa mesma proporção foi de 84,2% e na Força Aérea Brasileira, 68,9% (BRASIL, 2016, p. 16-18). Em 2018, estima-se que cerca de 75% de todo o orçamento de defesa seja alocado em Pessoal e cerca de 7,5% em Investimentos (SIMÃO, GRANER, OLIVEIRA, 2018).

Com esse perfil de gasto em defesa nacional, relativamente poucos recursos são alocados em novas aquisições e, tão importante quanto, em atividades de treinamento, teste e avaliação, assim como em operações. Nesse quadro, salienta-se que a END 2008 reforçou a importância do serviço militar obrigatório (SILVA, 2014, p. 50), indicando até mesmo a criação de um “serviço civil”, o qual desapareceu na atualização da END ocorrida em 2012 (SILVA, 2016, p. 10). Já na minuta da END de 2016, lê-se:

No que se refere aos recursos humanos, deverá ser mantida uma reserva qualificada e em condições de ser convocada para atuar em prol da defesa da Pátria, quando necessário. Nesse contexto, deverá ser mantido o caráter obrigatório do Serviço Militar, por ser uma das condições para que se possa mobilizar a população brasileira em defesa da soberania nacional, além de servir como instrumento de integração, de coesão e de afirmação da unidade nacional, independentemente de classes sociais, uma vez que gera oportunidades de aprimoramento pessoal e profissional e incentiva o exercício da cidadania (BRASIL, 2016, p. 22-23).

Ademais, apesar de a opção pela manutenção do serviço militar obrigatório provocar uma série de repercussões na própria concepção do modelo brasileiro de força como um todo, especialmente no que se refere ao Exército Brasileiro, observa-se, por exemplo,

que o termo “previdência” não aparece nas edições 2008, 2012 e 2016 (minuta) da END – embora tal discussão tenha sido recorrente na agenda pública (AMORA, 2014; CARNEIRO, 2016; ROCHA, 2018; MORI, 2018; ROCHA, 2018). O próprio Exército Brasileiro, por exemplo, disponibilizou uma campanha intitulada Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas, na qual são enfatizadas peculiaridades da profissão militar como dedicação exclusiva, disponibilidade permanente e transferências constantes, com reflexos tanto para a vida do militar quanto para a sua família (BRASIL, sem data).

Portanto, dada a relevância do debate envolvendo as repercussões dos gastos com Pessoal para a defesa nacional, as versões END e PND elaboradas para 2020 poderiam tecer maiores informações sobre as alternativas disponíveis e a opção política estabelecida para os próximos anos nessa seara.

Considerações Finais

Este breve trabalho teve como objetivo situar o Brasil perante as aceleradas transformações tecnológicas em andamento em escala global, buscando esboçar possíveis subsídios para o processo de elaboração das versões 2020 dos documentos Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.

Assim, na primeira parte foi oferecido um panorama sobre as aceleradas transformações do cenário internacional e do campo tecnológico no período situado entre os anos 1990 e 2018. Nessa direção, está claro que as previsões apontadas pelos defensores da Revolução dos Assuntos Militares (RAM) não se concretizaram, sobretudo quando considerados os desafios postos a partir do 11 de setembro e do ressurgimento de tensões interestatais, especialmente após as

reverberações ocorridas, a partir de 2014, na Crimeia.

Na segunda sessão, foi abordado como essas transformações tecnológicas incidem nas indústrias voltadas para os segmentos de segurança e defesa nacionais, abrangendo a necessidade de uma nova concepção de relacionamento Estado-indústria-universidade, à medida que tecnologias emergentes suscitam novas possibilidades e ameaças – como ilustrado no caso do rápido avanço visualizado nas últimas décadas no campo de *drones*.

Em seguida, foi sublinhado que mesmo países do porte dos EUA, Rússia e China encontram dificuldades em seguir esses desdobramentos tecnológicos, motivo pelo qual esses e outros países estão empreendendo reformas e constantes adaptações em seus aparatos de defesa, face a limitação de recursos para acompanhá-los plenamente. Conforme apontado neste texto, é possível afirmar que esses países têm empreendido reformas organizacionais profundas e adaptações constantes, priorizando inovações e buscando reduzir contingentes.

Nesse contexto, realizou-se um breve balanço do curso de ações tomado pelo Brasil desde a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa ante as aceleradas transformações tecnológicas em andamento no cenário global. Com base no exposto, observa-se que, quase dez anos após a primeira END, ainda persiste uma série de desafios para as Forças Armadas. Nesse quadro, salienta-se o lento incremento em termos de interoperabilidade e de implementação de ambientes conjuntos, embora alguns passos tenham sido dados, por exemplo, no estabelecimento do Estado-Maior Conjunto do Comando de Defesa Cibernética.

Também podem ser ressaltadas as indefinições sobre a centralização da formulação e da execução da política de

compras de produtos de defesa no âmbito do MD, permanecendo as Forças com ainda grande autonomia na decisão sobre suas respectivas prioridades, com reflexos diretos para o planejamento por capacidades ora conduzido naquele ministério.

Em terceiro lugar, no cerne de toda essa discussão, está o conjunto de dificuldades observadas na gestão de políticas públicas com reflexos para a defesa nacional, tendo em vista a importância e as peculiaridades das competências e atribuições do MD. Daí a importância da criação de um quadro próprio de especialistas civis em defesa, conforme previsto desde a END 2008.

Por fim, destaca-se a questão da proporção entre os relativamente elevados gastos com Pessoal e baixos Investimentos, pois isso acarreta implicações diretas para o desenho de força, sob o risco de ocorrer uma maior obsolescência das Forças Armadas diante do rápido passo das transformações tecnológicas.

Referências

AMARAL, Luciana. Orçamento limitado por teto pode deixar Forças Armadas mais obsoletas e preocupa militares. **UOL Notícias**, 20 jan 2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/20/orcamento-limitado-por-teto-pode-ampliar-obsolencia-das-forcas-armadas-e-preocupa-oficiais.htm> >. Acesso em: 18 fev 2018

AMORA, Dimmi. Deficit da previdência do setor público é maior que dos aposentados privados. **Folha de S. Paulo**, 03/12/2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1557103-deficit-da-previdencia-do-setor-publico-e-maior-que-dos-aposentados-privados.shtml> >. Acesso em: 18 dez 2018

BLANKEN, Leo; LEPORE, Jason; RODRIGUEZ, Stephen. America's military is choking on old technology. **Foreign Policy**, 29 January 2018. Disponível em: < <https://foreignpolicy.com/2018/01/29/americas-military-is-choking-on-old-technology/> >. Acesso em: 18 dez 2018

BRASIL. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). **Agenda Tecnológica Setorial (ATS) - Defesa. 2016**. Disponível em: < <http://ats.abdi.com.br/SiteAssets/DEFESA%20-%20PE.pdf> >. Acesso em: 18 dez 2018

BRASIL. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). 4 setores iniciam projetos de exportação com a Apex-Brasil. 12/04/2016. Disponível em: < <http://www.apexbrasil.com.br/Noticia/4-SETORES-INICIAM-PROJETOS-DE-EXPORTACAO-COM-A-APEX-BRASIL> >. Acesso em: 18 dez 2018

BRASIL. Comando Conjunto na Defesa Cibernética. Ministério da Defesa, **Notícias**, 26 abr 2017. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/noticias/30417-comando-conjunto-na-defesa-cibernetica> >. Acesso em: 18 dez 2018

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005(a)**. Aprova a Política de Defesa Nacional (PDN), e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END), e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm >. Acesso em: 18 dez 2018

BRASIL. Governo lança Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento. 25 jun 2014 < <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/06/governo-lanca-programa-nacional-de-plataformas-do-conhecimento> >. Acesso em: 18 dez 2018

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010(b)**. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 09 de Junho de 1999** < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. **Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012(a)**. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. **Inova Aerodefesa**. Sem data. Disponível em: < <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/programas-inova/inovacao-aerodefesa> >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. **Portaria nº 666, de 4 de agosto de 2010(a)**. Cria o Centro de Defesa Cibernética do Exército. Boletim do Exército (SGEx) nº 31/2010, de 6 de agosto de 2010. Disponível em: < <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=824&act=bre> >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, 2012(c). Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional> >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Missões de paz**. Sem data. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz> >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)/ Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, 2012(b). Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 1.317/MD**, de 4 de novembro de 2004. Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para a Defesa Nacional. Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/1317_2004.pdf >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 15/MD**, de 4 de abril de 2018. Aprova a Política de Obtenção de Produtos de Defesa - POBPRODE para a administração central do Ministério da Defesa e para as Forças Armadas. Diário Oficial da União (DOU), 05/04/2018, Seção 1, p. 6. Disponível em: < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9175934/do1-2018-04-05-portaria-normativa-n-15-md-de-4-de-abril-de-2018-9175930 >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005(b)**. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID). Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Organização Institucional (SEORI). Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF). Divisão de Planejamento (DPlan). **Execução Orçamentária – Séries Estatísticas (1995-2016)**. Brasília, sem data. Disponível em: < https://defesa.gov.br/arquivos/aceso_informacao/despesas/serie_estatistica_2016.pdf >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. **Política de Defesa Nacional (PDN)**. Brasília, 1996. <
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf/view> >. Acesso em: 18/12/2018

BRASIL. **Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas**. Sem data. Disponível em: <
<http://www.eb.mil.br/protecao-social> >. Acesso em: 18/12/2018

BYMAN, Daniel. Why drones work. **Foreign Affairs**, July/August 2013. Disponível em:
 <<https://www.foreignaffairs.com/articles/somalia/2013-06-11/why-drones-work>>. Acesso em: 18/12/2018

CARNEIRO, Lucianne. Militares respondem por quase metade do déficit da previdência. **O Globo**, 16 nov 2016. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/economia/militares-respondem-por-quase-metade-do-deficit-da-previdencia-20470974> >. Acesso em: 18/12/2018

COHEN, Eliot. Technology and Warfare IN: BAYLIS, John, WIRTZ, James; COHEN, Eliot e GRAY, Colin S. **Strategy in contemporary world: an introduction to Strategic Studies**. Oxford press, 2003, p. 235-253.

CRONIN, Audrey Kurth. Why drones fail. **Foreign Affairs**, July-August 2013. Disponível em:
 <<https://www.foreignaffairs.com/articles/somalia/2013-06-11/why-drones-fail> >. Acesso em: 18/12/2018

DAHL, Erik J. Finding Bin Laden: Lessons for a New American Way of Intelligence. **Political Science Quarterly**, vol. 129, nº 2, 2014. Disponível em:
 <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/polq.12183> >. Acesso em: 18/12/2018

DUNNE, J. Paul; BRADDON, Derek. Economic impact of military R&D. **Flemish Peace Institute, Report**, June, 2008. Disponível em:
 <<https://www.flemishpeaceinstitute.eu/publications/reports/economic-impact-military-rd>>. Acesso em: 18/12/2018

EDA – European Defence Agency. 10 upcoming disruptive defence innovations. **European Defence Matters**, 2017, Issue 14. Disponível em: <
<https://www.eda.europa.eu/webzine/issue14/cover-story/disruptive-defence-innovations-ahead> >. Acesso em: 18/12/2018

FACTS and figures on China's military reform. **China Military**, December 19, 2018. Disponível em:
 <http://eng.chinamil.com.cn/view/2017-12/19/content_7873713.htm >. Acesso em: 18/12/2018

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Os órgãos governamentais brasileiros e a questão do terrorismo na Tríplice Fronteira: divergências de percepções e convergências nas ações. **Carta Internacional**, v.7, n.1, 2012. Disponível em: <
<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/51> >. Acesso em: 18/12/2018

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Informativo COMDEFESA**. Agosto/2013, Edição nº 13. Disponível em: <
<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=91925>>. Acesso em: 18/12/2018

FLORES, Mário César. **Reflexões Estratégicas**. São Paulo: É Realizações, 2002.

FREEDBERG JR., Sydney J. Russian drone threat: Army seeks Ukraine lessons. **Breaking Defense**, 14 October 2015. Disponível em: < <https://breakingdefense.com/2015/10/russian-drone-threat-army-seeks-ukraine-lessons/> >. Acesso em: 18/12/2018

GIBBONS-NEFF, Thomas. ISIS drones are attacking U.S. troops and disrupting airstrikes in Raqqa, officials say. **The Washington Post**, 14 June 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2017/06/14/isis-drones-are-attacking-u-s-troops-and-disrupting-airstrikes-in-raqqa-officials-say/?noredirect=on&utm_term=.87c27e4cec49>. Acesso em: 18/12/2018

HSU, Jeremy. The military may soon buy the same drones you do. **Wired**, 23 jan 2017. Disponível em: <<https://www.wired.com/2017/01/military-may-soon-buy-drones-home/>>. Acesso em: 18/12/2018

HUNTINGTON, Samuel. The Lonely Superpower. **Foreign Affairs**, vol. 78, no. 2, 1999. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower> >. Acesso em: 18/12/2018

IPI – International Peace Institute. **Total peacekeepers deployed by type (November 1990 – October 2018)**. Providing for Peacekeeping. Disponível em: < <https://s3.amazonaws.com/providing-for-peacekeeping-docs/summaries/Monthly+Deployments.png> >. Acesso em: 18/12/2018

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18/12/2018

MATTIOLI, Aderico Visconte Pardi (general de divisão R1). **Contencioso entre a Organização Mundial do Comércio e o Brasil sobre Política Industrial do País** (apresentação de slides/palestras). Câmara dos Deputados, 11 de maio de 2017. Assessoria para Assuntos Institucionais do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/audiencias-publicas/2017/2017-05-11-ap-contencioso-omc-brasil/general-mattioli-exercito>>. Acesso em: 18/12/2018

MORI, Letícia. As aposentadorias de militares no Brasil são mais generosas que as de outros países? **BBC News Brasil**, 06/12/2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46366371> >. Acesso em: 18/12/2018

ONU – Organização das Nações Unidas. **Peacekeeping Operations Fact Sheet**. 31 October 2018. Disponível em: < https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/pk_factsheet_10_18_eng.pdf >. Acesso em: 18/12/2018

ROCHA, Camila. Militares precisam dar ‘cota de sacrifício’ para reforma da Previdência, diz Villas Boas. **G1**, 14/11/2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/11/14/militares-precisam-dar-cota-de-sacrificio-para-reforma-da-previdencia-diz-villas-boas.ghtml> >. Acesso em: 18/12/2018

SCHMITT, Eric. U.S. Military’s Global Edge has diminished, Strategy Review finds. **The New York Times**, 14 November 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/11/14/us/politics/defense-strategy-china-russia-.html>>. Acesso em: 18/12/2018

SILVA, Peterson Ferreira da. **A política industrial de defesa no Brasil (1999-2014): intersectorialidade e dinâmica de seus principais atores**. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-15092015-113930/pt-br.php> >. Acesso em: 18/12/2018

SILVA, Peterson Ferreira da. A primeira Estratégia Nacional de Defesa brasileira (2008): cinco anos depois. **Security and Defense Studies Review**, v. 16, p. 39-56, 2014. Disponível em: < https://www.williamjperrycenter.org/sites/default/files/publication_associated_files/SDSR_Vol16.pdf >. Acesso em: 18/12/2018

SILVA, Peterson Ferreira da. O debate sobre transformação militar: o caso da força terrestre da Rússia e os reflexos para seu Complexo Industrial de Militar. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), **Análise Estratégica**, 10ª edição, set/nov, 2018. Disponível em: < <http://www.ceeex.eb.mil.br/index.php/publicacoes1/analises-estrategicas> >. Acesso em: 18/12/2018

SIMÃO, Edna; GRANER, Fábio; OLIVEIRA, Ribamar. Pessoal consome 75% das verbas dos militares. **Valor Econômico**, 12/11/2018. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/politica/5979571/pessoal-consome-75-das-verbas-dos-militares> >. Acesso em: 18/12/2018

SINGER, Peter W. **Wired for war**: the robotics revolution and conflict in the 21st century. Penguin Group, 2009.

TAFIRENYIKA, Masimba. Drones are affective in protecting civilians. **Africa Renewal Online**, April 2016 (interview with Hervé Ladsous). Disponível em: < <https://www.un.org/africarenewal/magazine/april-2016/drones-are-effective-protecting-civilians> >. Acesso em: 18/12/2018

VILLA, Rafael Duarte. O Paradoxo da Macrosseguritização: Quando a Guerra ao Terror não Seguritiza Outras “Guerras” na América do Sul. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 349-383, Dez. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000200349&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 18/12/2018

Desafios históricos para organização, preparação e emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO: Este artigo investigou os desafios históricos para a organização, a preparação e o emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir do estabelecimento de uma relação política e militar brasileira com os Estados Unidos durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa, em 1934, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário militar alemão e o francês, até a consolidação desse posicionamento, com a assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos da América, em 1942. Pretende-se, com essa pesquisa, entender como essas relações ajudaram na organização, na preparação e na atuação da Força Expedicionária Brasileira, identificando também, os motivos para o envio da tropa brasileira ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália), como parte das atividades conjuntas entre Brasil e Estados Unidos da América.

Palavras-chave: Missões Militares de Instrução; Segunda Guerra Mundial; Força Expedicionária; Operações.

ABSTRACT: This article investigated the historical challenges for the organization, preparation and employment of the Brazilian Expeditionary Force in World War II, from the establishment of a Brazilian military policy relationship with the United States during the years 1934 and 1945, especially after the arrival of the Instruction Mission of Coast Artillery in 1934, which gradually replaced German and French military doctrinal thinking, until the consolidation of this position, with the signing of the agreement between Brazil and the United States of America in 1942. It is intended, with this research, to understand how these relations helped in the organization, preparation and performance of the Brazilian Expeditionary Force, also identifying the reasons for sending the Brazilian troops to the theater of operations of the Mediterranean (Italy) as part of the joint activities between Brazil and the United States of America.

Keywords: Military Missions of Instruction; Second World War; Expeditionary Force; Operations.

* Pós-Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

Sumário Executivo

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios históricos para a organização, a preparação e o emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir do posicionamento político-militar brasileiro com os Estados Unidos durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), em 1934, contratada para atuar na defesa do litoral brasileiro, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário militar alemão e o francês, até a consolidação desse posicionamento, com a assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos da América, em 1942.

Procurei identificar os motivos para o envio da tropa brasileira, na Segunda Guerra Mundial, ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália), que fizeram parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América, e os problemas e tensões relacionados à preparação e atuação dessa tropa. A investigação, pautada em análise bibliográfica e documental abre espaço para outras discussões, relacionadas a dificuldades na mudança doutrinária, no treinamento dos expedicionários no Brasil e na Europa, na aquisição de armamento dos Estados Unidos e da Alemanha, e no recrutamento para formar uma divisão de infantaria expedicionária, quando a proposta inicial era organizar um Corpo de Exército, composto por três divisões de infantaria expedicionária.

A pesquisa demonstrou que coube às Comissões Militares Conjuntas Brasil-EUA, a execução de uma série de atividades de alta relevância para a história da aliança militar entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. E mais ainda, é importante notar que a Comissão no Rio de Janeiro funcionou como uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro (OLIVEIRA, 2015b, p. 37). A dinâmica de trabalho e negociação instaurada pelas comissões do Rio e de Washington sobreviveria por longo tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, funcionando até 1977 quando, no contexto de uma grave crise diplomática e militar, foram extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

Ao final do artigo deixei abertos dois pontos que foram levantados em parte nessa investigação, e que precisam no futuro serem pesquisados com mais profundidade: em primeiro lugar, por que o Brasil se recusou a participar da ocupação dos países conquistados do Eixo (Áustria) e; em segundo lugar, por que o Exército desmobilizou a sua Força Expedicionária antes de chegar ao Brasil, de forma tão rápida. Ambas as ações afetaram a posição política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a possibilidade de obter um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

1. Primeiros momentos do alinhamento militar terrestre com os Estados Unidos da América

Desde o trágico desempenho em Canudos e das operações militares em conflitos internos como o do Contestado, a vinda de uma missão militar estrangeira foi entendida como primordial para o projeto de modernização do Exército Brasileiro. Com a contratação da Missão Militar Francesa, o Exército seria capaz de implantar um sólido princípio doutrinário que estava faltando à Força, de forma a deixá-lo no mesmo patamar dos grandes exércitos europeus.

No período entre as duas grandes guerras, o Exército francês manteve vivos os meios e as estratégias utilizados na Primeira Guerra Mundial, a guerra de trincheiras. Sua perspectiva estratégica baseava-se amplamente na defesa, fundamentada em operações de guerra estática, e, para tanto, no pós-guerra a França continuou fazendo grande investimento na Linha *Maginot*. Porém, apesar dessa tão propagada ideia até os dias de hoje, a França aperfeiçoou, também, doutrina para a utilização de infantaria apoiada pela artilharia, com base na tática do fogo e movimento. No entanto, o Brasil não soube utilizar daqueles ensinamentos franceses, pois a FEB praticamente saiu da estaca zero naquele assunto, quando teve que aprender com os americanos, já em 1943.

O que se percebe é que o pensamento doutrinário francês fundamentava-se, parcialmente, na invencibilidade da defesa pela linha *Maginot*, e que a fronteira fortificada representava a espinha dorsal da manobra militar e a chave para vencer os alemães, a despeito do desenvolvimento de novas táticas e armamentos. Depois da Primeira Guerra Mundial, os franceses, traumatizados com as trincheiras, buscaram substituí-las por fortificações, mais vantajoso do ponto de vista

logístico, pois, era recriado um novo espaço mais salubre e mais protegido do que as antigas trincheiras abertas e desconfortáveis. A doutrina militar francesa foi um modelo baseado no emprego tático das grandes unidades, que incorporava uma estratégia defensiva. Parte fundamental do pensamento militar coloca que numa batalha defensiva pode-se obter vitória com meios inferiores àqueles do adversário. No entanto, a doutrina militar francesa sofreria um revés ao enfrentar a poderosa *blitzkrieg* alemã, na Segunda Guerra Mundial.

No campo das relações internacionais, a década de 1930 foi marcada por uma crescente instabilidade internacional, em consequência de tensões políticas como a ascensão do nazismo na Alemanha, ocorrida no decorrer da crise econômica mundial de 1929. Já com relação à política externa dos Estados Unidos da América (EUA) junto à América Latina, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no contexto político mundial, existia o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazifascista da Europa. Dentro dessa perspectiva, percebe-se uma disputa velada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América pela venda de material bélico, o que poderia representar - na aproximação e no alinhamento direto com o Brasil - estrategicamente importante no cenário político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.

No ano de 1934, foi contratada a Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC). Sua atuação deu-se primeiro na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC) (BRASIL, 1934a), com sede na capital federal, no Forte da Vigia, sendo que, provisoriamente, se instalou na Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa (BRASIL, 1934b); e posteriormente, na Escola Técnica do Exército

(ETE)¹. Começavam aí os primeiros contatos relevantes entre militares do Brasil e dos EUA.

O contrato com a MIAC foi renovado, em 12 de novembro de 1936 (ESTEVEZ, 1996, p. 212-213), para cooperar com o Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, atuando com a Inspetoria de Defesa de Costa², e com oficiais do Exército Brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do CIAC, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução. A missão tinha, também, a seu cargo, os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na ETE, onde deveria auxiliar as respectivas instruções. A Inspetoria da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil.

Em 1936, o CIAC foi considerado pelo Alto Comando da Artilharia e pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, fonte irradiadora dos modernos conhecimentos, condição obtida com a contratação da MIAC. No relatório do Ministério da Guerra de 1936, observa-se a admiração do relator com os resultados obtidos e o desempenho da MIAC no ano de 1935, no que diz respeito à transmissão de conhecimentos profissionais e ao fortalecimento dos laços de amizade entre os militares dos dois países.

Em 1938, o Departamento de Estado (MCCANN, 1995, p. 93) norte-americano

determinou a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor as investidas nazistas. A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos em Escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de voos frequentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para conhecer os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos a bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

A partir de novembro de 1938, a nova política de defesa do hemisfério fez com que os planejadores militares dos EUA passassem a enxergar a importância do Brasil. Caso o país fosse ocupado por inimigos, esses poderiam, no futuro, ameaçar todo o continente americano, inclusive os EUA. A vulnerabilidade militar do nordeste do Brasil era flagrante e sua ocupação ameaçaria as defesas estadunidenses ao sul e no Caribe. A proteção do saliente nordestino contra uma agressão tornou-se o marco dos planos militares estadunidenses para defender a frente

¹ A antiga Escola de Engenharia Militar criada em 1930, que funcionava na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, mudou de nome, em 1933, para Escola Técnica do Exército, e, em 1934, foi instalada na Rua Moncorvo Filho, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1942, a sede da ETE foi transferida para o atual prédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha.

² A Inspetoria da Defesa de Costa, instituída pelo Decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934, tinha suas funções acumuladas com as do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar. Assunto completamente novo no Brasil, mal codificado ou apenas em ensaio em

outras nações mais velhas em atividades bélicas. A questão profissional foi encaminhada para os Estados Unidos, através do contrato de uma missão militar em 1934, renovado em novembro de 1936. Pela grande dimensão de seu território, limitado por um enorme litoral marítimo de configuração multifórmica, servida de inúmeros portos e importantes vias fluviais, os Estados Unidos se colocavam em condições de aperfeiçoar um estudo completo e variado sobre o uso da Artilharia de Costa, que serviu aos interesses do Exército brasileiro.

atlântica do hemisfério (CONN e FAIRCHILD, 2000, p. 325).

O acontecimento mais importante para essa aproximação foi a visita ao Brasil de uma delegação militar dos EUA, composta por oficiais da Divisão de Planejamento de Guerra e da Aviação, chefiada pelo Chefe do Estado-Maior, General George Marshall, no período de 25 de maio a 7 de junho de 1939. Em seguida houve a retribuição dessa visita, com a ida do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do EME, aos Estados Unidos (BRASIL, 1940, p. 40). Esse evento é, certamente, o marco primordial na formação da aliança militar Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial. No entanto, a influência norte-americana começou a ser sentida com maior intensidade a partir do final do ano de 1939, principalmente, no momento em que se aproximava o início da Segunda Guerra Mundial. Com relação a essa aproximação entre os dois países, pode-se destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República.

Conversações secretas e ostensivas foram mantidas por interesses diversos do governo dos EUA e do Brasil, como o caso das relações militares estratégicas, envolvendo o estabelecimento de bases militares no norte e nordeste brasileiro, com o objetivo de dinamizar a defesa ao sul do continente americano. Iniciaram-se, paralelamente, as negociações para o estabelecimento de um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, quando, então, oficiais brasileiros foram enviados àquele país para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais (BRASIL, 1939), e realizadas visitas de outros do alto escalão

para conhecerem a organização do Exército dos Estados Unidos, assim como, também, chegaram ao Brasil oficiais americanos do alto escalão. Segundo Jehovah Motta (1998, p. 299), a ida desses oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo, aumentou o entrosamento entre os integrantes dos dois exércitos, pois, ao retornarem, traziam novas ideias sobre a organização, armamento, currículos, mas, principalmente, novas ideias a respeito dos padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

As negociações militares entre o Brasil e os EUA, desde seu início, foram lentas e difíceis. Os personagens envolvidos desde 1939 esperavam que, com a guerra em andamento, houvesse melhor empenho do Brasil para melhorar sua defesa, e os norte-americanos esperavam poder estabelecer rapidamente as bases aéreas necessárias ao seu planejamento militar. Negociações com desconfianças de ambas as partes não poderiam ser realizadas sem dificuldades. Essa foi a tônica dos acontecimentos ocorridos em boa parte dos anos de 1940 e 1941. O Brasil não possuía recursos financeiros para comprar armamentos dos EUA, e somente contava com o envio do material bélico já adquirido junto à Alemanha. O país também não possuía um parque industrial para suprir com equipamentos modernos as suas forças armadas. A simples transferência de unidades militares de outras regiões do Brasil para o Nordeste, a região que preocupava os EUA, não resolveria o problema. Além disso, a cúpula do Exército Brasileiro foi contra quanto à possibilidade do envio de tropas norte-americanas para ocuparem as bases do Nordeste, porque isto era considerado como a perda da soberania brasileira na região.

No entanto, o centro das tensões para as questões militares dizia respeito ao envio de armamento moderno, de grande proveito aos países latino-americanos, e que poderia gerar o

desequilíbrio de poder na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, pelos EUA, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à sua realização, tais como: legislação restritiva e incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viáveis aos países latino-americanos. Para eles seria mais cômodo o envio de tropas para a região.

No dia 29 de outubro de 1940, o ministro da Guerra General Dutra e o Tenente-Coronel Miller, adido militar dos EUA, firmaram no RJ um acordo para que autoridades militares dos dois países estudassem conjuntamente os problemas relativos à segurança continental. O acordo previa, além do estudo das questões de defesa, algumas hipóteses de ação militar por parte das forças armadas envolvidas. Foi firmado um compromisso de ajuda mútua. Esse acordo foi resultado direto das negociações entre os generais Góes Monteiro e Marshall.

Em janeiro de 1941 foi firmado um acordo para instalação de uma nova missão militar dos EUA no Brasil. E maio de 1941 o coronel Ridgway, representando o exército norte-americano, propôs ao Chefe do EME um projeto de planejamento em nível de estados-maiores conjuntos. O que estava sendo proposto era a realização de manobras militares conjuntas no Nordeste brasileiro, com maciça presença de militares dos EUA.

As conversações que se seguiram resultaram na assinatura, em 24 de julho de 1941, do Acordo para Planejamento Conjunto Brasileiro-Americano. Para execução do acordo foi designada uma comissão formada por seis oficiais do Estado-Maior do Brasil e

cinco do Estado-Maior dos EUA. O que se pretendia era propor medidas para reforçar a defesa do Nordeste do Brasil. O acordo fracassou. As negociações foram interrompidas pelo general Dutra, que assumiu rejeição contra a planejada presença de tropas dos EUA no Nordeste brasileiro, entendida como ocupação militar estrangeira. E, para piorar o quadro das relações militares entre os dois países, até o final do ano de 1941, os EUA não tinham enviado o armamento moderno prometido.

No que diz respeito às relações diplomáticas, observa-se que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio³, realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942, quando se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazifascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarada por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar essa disposição, aprovou-se outra que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do Eixo. O Brasil suspendeu, então, as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

O ponto alto da aliança Brasil-EUA deu-se com a criação de comissões militares conjuntas. O acordo assinado em 23 de maio de 1942 para planejar e executar as futuras operações militares previa a criação de duas comissões: a *Joint Brazil United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão

³ O ataque japonês a “Pearl Harbor”, em 07 de dezembro de 1941, acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que

convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos – CCDBEU) com sede em Washington, e a *Joint Brazil United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos – CMCBEU), com sede no Rio de Janeiro.

Em 30 de dezembro de 1942, realizou-se, no Palácio do Itamarati, a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da comissão conjunta, criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente entre as autoridades militares dos dois países. Em Washington constituiu-se outra comissão conjunta, chefiada pelo General Estevão Leitão de Carvalho, e integrada pelo Vice Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos e Coronel Vasco Alves Seco, representantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira, e por autoridades militares norte-americanas. A JBUSDC instalou-se em 25 de agosto de 1942, entrando a questão em sua fase final, e sendo examinada, a partir daquele momento, com mais objetividade. Segundo o General Estevão Leitão de Carvalho, inspirava as duas comissões o propósito de eliminar de vez as divergências que, durante tanto tempo, haviam impedido que se chegasse a resultados práticos (BRASIL, 1945, p. 4). No que se referem as negociações militares, os resultados foram bastante importantes. Os EUA comprometiam-se a financiar com até US\$ 200 milhões via *Lend Lease* a aquisição de material militar para as forças armadas brasileiras, tanto para compra de armas e munições, quanto de insumos para a produção bélica nacional.

As primeiras questões submetidas a estudo na comissão de Washington consistiram em assuntos especiais de interesse imediato, referentes à regulamentação das

atividades militares no Norte e Nordeste brasileiro e ao fornecimento de alguns materiais para o Brasil. Resoluções foram aprovadas entre 1942 e 1944, para atender os interesses dos dois países, tais como: entrega de 18 aviões A-29⁴ à Força Aérea Brasileira, para o patrulhamento da costa norte e nordeste do Brasil, em colaboração com a Marinha dos Estados Unidos; rígido regime disciplinar dos soldados e marinheiros, no Brasil; centralização, em Washington, das comissões brasileiras de compra de material bélico; fornecimento de armas automáticas para a defesa imediata dos campos de aviação, aeródromos, zonas de abastecimento de combustível e instalações de defesa das zonas de Belém, Natal e Recife; estabelecimento de enfermarias e hospitais norte-americanos no território brasileiro em locais que estavam localizadas as bases utilizadas pelos norte-americanos; atribui à Marinha dos EUA o comando de operações navais conjuntas; estabelece a defesa do litoral sul e sudeste do Brasil; cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB) com 03 Divisões de Infantaria e apoio aéreo, armadas e supridas pelos EUA; e regulamentação da FEB com comando dos EUA em operações além mar.

É importante entender que coube a ambas as comissões (JBUSDC e JBUSMC), a execução de uma série de atividades de alta relevância para a história da aliança militar entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. E mais ainda, é importante notar que a JBUSMC funcionou como uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro (OLIVEIRA, 2015b, p. 37). A dinâmica de trabalho e negociação instaurada pelas comissões do Rio e de Washington sobreviveria por longo tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial,

⁴ Mais conhecido como Lockheed Hudson ou A-28 Hudson fabricado pela *Lockheed Aircraft Corporation*. Foi adquirido pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF), que repassou ao Brasil dentro do programa

Lend-Lease, com as designações de A-28, A-29 ou AT-18, dependendo da missão e tipo de motor utilizado.

funcionando até 1977 quando, no contexto de uma grave crise diplomática e militar, foram extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

Para os oficiais do Estado-Maior do Exército, ao final da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, mostrou-se a urgência de uma profunda reorganização e modernização do Exército. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando a premência de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, baseadas na motomecanização, e, para tanto, ainda se esperava o auxílio dos Estados Unidos da América (ESTEVES, 1996, p. 286).

2. Das relações político-militares com os Estados Unidos da América à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Ao investigar as relações político-militares com os Estados Unidos da América, percebe-se que o Brasil aderiu à causa aliada na Segunda Guerra Mundial, após a reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, no contexto de desconfiança em relação aos britânicos, o que aumentou nossa dependência do material bélico estadunidense.

Em 1939, o Brasil estava efetivamente desarmado. O armamento existente era antiquado e escasso, não tínhamos base industrial que pudesse produzir armas em grande quantidade, de modo que dependíamos do que poderíamos obter dos EUA. Entre 1938 e 1942, o Brasil havia tentado mudar esse cenário ao realizar uma enorme compra de material bélico da Alemanha, mas com o início da guerra e o bloqueio naval britânico, a

maioria desse material não chegou ao solo brasileiro.

A partir desse momento, é nosso objetivo investigar a organização, a preparação e a atuação da FEB, identificando os motivos para o envio ao teatro de operações do Mediterrâneo, como parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América. Força Expedicionária Brasileira foi o nome recebido pela tropa da Divisão de Infantaria constituída em 09 de agosto de 1943 e enviada à Itália em 1944 sob o comando do General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes para lutar contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A designação FEB englobou as forças brasileiras de terra, mar e ar que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

Os planos iniciais brasileiros previam a mobilização e envio de um Corpo de Exército, ou seja, três divisões totalizando cerca de 60 mil homens. No entanto, essa empreitada seria um grande esforço para o Exército, pois a força terrestre na época somava cerca de noventa mil homens, estabelecida por todo território nacional, com armamento obsoleto e mal treinados. Mesmo com um esforço extraordinário para o recrutamento do pessoal militar, o Corpo Expedicionário não se concretizou. Além das dificuldades médicas, físicas e psicológicas de seleção, ocorreu também, o desentendimento entre o alto escalão militar brasileiro e estadunidense sobre o fornecimento de armas para treinamento no Brasil. Nesse contexto, somente a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) foi organizada (OLIVIERA, 2015b, p. 310-311).

3. Força Expedicionária Brasileira: organização e preparação

Em 09 de agosto de 1943, pela Portaria Ministerial nº 4.744, publicada em boletim reservado de 13 do mesmo mês, foi estruturada a tropa expedicionária, baseada no modelo do exército norte-americano, constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e por órgãos não divisionários. A 1ª DIE, comandada por um general de divisão e seu Estado-Maior, deveria compreender: uma infantaria divisionária, comandada por um general de brigada e composta de três regimentos de infantaria (1º RI, 6º RI e 11º RI); uma artilharia divisionária, comandada por um general de brigada e composta de quatro grupos de artilharia (três de calibre 105 mm e um de calibre 155 mm); uma esquadrilha de aviação destinada à ligação e à observação; um batalhão de engenharia (9º BE); um batalhão de saúde; e um esquadrão de reconhecimento motomecanizado. Os elementos da tropa especial, dentro da lógica de uma nova formação organizacional eram compostos por: uma companhia do Quartel General da 1ª DIE, uma companhia de manutenção, uma companhia de transmissões, uma companhia de intendência, um pelotão de sepultamento, um pelotão de polícia militar e uma banda de música (BRASIL, 1943-1945, p. 9).

Além dos elementos divisionários de combate, a FEB teve também elementos não divisionários constituídos por tropa, com um batalhão de trabalhadores e uma companhia do Depósito de Intendência, e a parte de serviços que atuaram na área de saúde, com uma companhia de ambulância, hospital de campanha, hospital primário nº 1 (semimóvel), duas seções brasileiras que funcionaram no Hospital norte-americano, uma subseção brasileira que funcionou no hospital norte-americano de convalescentes e uma subseção brasileira que funcionou no hospital norte-americano de Base. Atuarem também no

serviço de pagamento, no Depósito de Intendência, no serviço postal, no posto regulador postal de Ultramar, no Conselho Superior de Guerra e nas duas auditorias militares.

Ainda durante a fase de estruturação da FEB vários oficiais brasileiros foram enviados aos EUA para participar de cursos em bases militares norte-americanas. Em sua maioria, esses oficiais passaram três meses na Escola de Comando e Estado-Maior do Fort Leavenworth, no estado de Kansas. Esse estágio permitiu que os oficiais brasileiros se familiarizassem com a doutrina militar norte-americana. Orientados no sentido de movimentos rápidos e audaciosos, altamente motorizados, o novo método tinha por objetivo reduzir as marchas a pé e a utilização de cavalos. Os norte-americanos propunham ainda a padronização das armas, cabendo aos brasileiros o uso dos calibres de 105 mm e 155 mm, de que o Brasil ainda não dispunha.

O treinamento para combate que o Exército Brasileiro adotava antes da Segunda Guerra Mundial com base no modelo doutrinário francês era voltado para as principais missões no período entre guerras: a repressão a conflitos internos e a defesa de fronteiras. Mesmo assim, era deficiente. Os exercícios de infantaria, quando realizados, eram feitos com munição racionada, por pelotões e companhias, raramente por batalhões. A artilharia também sofria com a escassez de munições para exercícios. A preparação priorizava a guerra defensiva, de posições, e não acompanhava a evolução das doutrinas de combate para a guerra de movimento.

Só nos últimos meses de 1943, ficou decidido que o Brasil enviaria um corpo expedicionário para lutar no Mediterrâneo. Em 30 de novembro, foi designada a Comissão Militar Brasileira, que, sob a chefia do General

Mascarenhas de Moraes, tinha por objetivo observar de perto o teatro de operações no Mediterrâneo. Além de oficiais brasileiros, a comissão era também integrada por oficiais norte-americanos. Pouco antes de regressar da Itália e da África, o general Mascarenhas foi nomeado oficialmente comandante da 1ª DIE.

Com relação ao armamento, a maior parte do material recebido dos Estados Unidos ficaram na 1ª Região Militar no Rio de Janeiro, itens constituídos por: 363 metralhadoras .30, 314 metralhadoras .50, 41 morteiros 60 mm, 29 morteiros 81 mm, 194 tanques leves, 117 tanques médios, 25 *Scout Car*, 17 meias-lagartas, 05 carros blindados M8, um carro blindado T17 e 99 canhões de 37 mm (OLIVEIRA, 2015a). Até agosto de 1944, parte desse material ficou guardado no Depósito de Moto Mecanização no Rio de Janeiro, no 3º Batalhão de Carros de Combate (3º BCC), no núcleo de um novo batalhão de carros de combate que se organizava na mesma área do 3º BCC; em outro núcleo de um novo batalhão de carros de combate que se organizava na área da Escola de Motomecanização. O equipamento destinado a treino da Divisão de Infantaria Expedicionária na Vila Militar consistia de quatro veículos de meia-lagarta, cinco carros blindados M8 e 57 canhões de 37 mm⁵.

A 15 de maio de 1944, no Rio de Janeiro, foi instalado o Estado-Maior Especial, com a função de planejar e executar o embarque da 1ª DIE, dividida em cinco escalões. Era integrado por três oficiais do Estado Maior Divisionário, o coronel Floriano de Lima Brayner (chefe do Estado Maior da FEB) e os tenentes-coronéis Amauri Kruehl e Humberto Castelo Branco, e

membros da Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA, como foi o caso do tenente-coronel Walter Sewel Newman, que seguiu com a FEB para a Itália, como encarregado de estabelecer os trabalhos de ligação do Comando do Exército norte-americano com o General Mascarenhas de Moraes.

4. Força Expedicionária Brasileira: embarque e atuação no teatro de operações europeu

O embarque do 1º Escalão para Nápoles na Itália ocorreu na noite de 30 de junho para 1º de julho de 1944, no navio norte-americano General Mann, sob o comando do General de Brigada Euclides Zenóbio da Costa. O 1º Escalão era constituído de um regimento de infantaria (6º Regimento de Infantaria), um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e elementos ligados aos setores de manutenção, reconhecimento, saúde, comunicações, polícia, pagamento, serviço de justiça, Banco do Brasil e correio, num total de 5.075 homens. Junto com o 1º Escalão embarcaram o General Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu Estado-Maior.

O 2º Escalão embarcou em 22 de setembro no navio General Mann, sob o comando do General Osvaldo Cordeiro de Farias, com 5.075 homens, constituídos principalmente, do 1º Regimento de Infantaria, da Artilharia Divisionária, pessoal do Batalhão de Engenharia e outros. O 3º Escalão embarcou nesse mesmo dia no navio General Meigs, sob o comando do General Olímpio Falconiere da Cunha, com 5.239 homens, sendo que, o maior

⁵ Informações e documentos do *United State National Archives and Records Administration* (US NARA) foram reproduzidos por Dennison de Oliveira, da UFPR. Memorandum to Brig. Gen. Hayes Kroner, Subject: location of weapons and ammunition received by Brazil under Lend Lease, 23/08/1944 Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouUHFwBEFZUzV6OGM>. Acesso em: 10 dez 2018.

efetivo era o do 11º Regimento de Infantaria. O 4º Escalão, constituído de elementos do 1º Escalão do Depósito de Pessoal do Exército da FEB e criado pelo Decreto nº 6.268, de 24 de fevereiro de 1944, deixou o Brasil a 23 de novembro no navio General Meigs, sob o comando do Coronel Mário Travassos, com um efetivo de 4.691 homens. O 5º Escalão partiu a 08 de fevereiro de 1945 no navio General Meigs, sob o comando do Tenente-Coronel Ibá Jobim Meireles, com um efetivo de 5.082 homens, conduzindo o 2º Escalão do Depósito de Pessoal (BRASIL, 1943-1945, p. 53).

Os médicos e enfermeiras foram transportados por via aérea. A Força Aérea Brasileira (FAB) partiu para a Itália em princípios de outubro, com um contingente de mais de quatrocentos homens sob o comando do Major Nero Moura. Ao contrário dos planos originais, portanto, a FEB foi constituída por uma única divisão, com um efetivo de 25.334 homens.

A partir de 05 de agosto de 1944, quando chegou à região de Tarquínia, na Itália, o 1º Escalão foi incorporado ao 4º Corpo comandando pelo General Willis D. Crittenberger, do V Exército norte-americano comandado pelo General Mark W. Clark, uma força multinacional reunindo americanos, ingleses, poloneses, canadenses, indianos, neozelandês, e brasileiros (FERRAZ, 2012, p. 79). O V Exército norte-americano, juntamente com o VIII Exército britânico, integrava o XV Grupo de Exércitos Aliados, sob o comando geral de sir Harold Alexander.

O V Exército, nesse momento, estava constituído por dois corpos de exército, o II e o IV, pois acabava de ser desfalcado de sete divisões, desviadas para os desembarques efetuados pelos Aliados no sul da França. O II Corpo operava ao norte de Florença na tentativa de desalojar os alemães de Bolonha.

O IV Corpo, chefiado pelo general Crittenberger, tinha a missão de abrir brechas na chamada Linha Gótica, em poder dos alemães. Essa linha partia da região costeira do mar Tirreno, apoiava-se na região montanhosa dos Apeninos e terminava nas áreas de Pesaro e Rimini, já na faixa litorânea do Adriático. A faixa compreendida pela Linha Gótica abrangia montanhas escarpadas que proporcionavam excelentes vistas sobre as tropas aliadas. As forças regulares alemães eram estimadas em 28 divisões (26 alemãs e duas italianas), integrantes do Grupo de Exército C, sob o comando do Marechal Albert Kesselring.

A participação da FEB nos combates iniciou-se com o grupo de Zenóbio da Costa em 15 de setembro de 1944, substituindo uma força norte-americana que estava sendo desligada do IV Corpo. Os oficiais brasileiros foram incluídos na Força Aérea Tática do Mediterrâneo e dentro dela, no XXII Comando Aerotático, que dava apoio às tropas do V Exército norte-americano. Para Ferraz (2012, p. 79), do ponto de vista estratégico da guerra, e que pese que a frente no Mediterrâneo tivesse um papel secundário, pois os Aliados priorizaram a invasão europeia pelo Norte do território francês, a campanha da Itália foi uma das mais difíceis e de lenta progressão das que os Aliados executaram em outros teatros de operações da Europa.

A missão das tropas brasileiras era essencialmente tática, assim como de todo V Exército norte-americano. As dimensões gigantescas da Segunda Guerra Mundial e a dinâmica da evolução das táticas e das estratégias de combate definiu como prioridade a interdependência das unidades e armas. Mesmo na região montanhosa dos Apeninos italianos, que dificultava o uso combinado das forças de terra, mar e ar, a interdependência estava presente. Uma unidade de ataque, ocupação ou defesa de

posição, tinha que ter apoio de outras unidades, como também realizar o apoio (FERRAZ, 2012, p. 80).

As primeiras vitórias da FEB na Itália ocorreram nos dias 16, 18 e 26 de setembro, com a ocupação de *Massarosa*, a tomada de *Camaione* e a queda de *Monte Prato*. Após a conquista do maciço *Prato*, as tropas brasileiras, já acrescidas do 2º e do 3º escalões, foram transferidas para o vale do rio *Serchio*, para se aproximarem de *Castelnuovo di Garfagnana*, um dos fortes redutos da Linha Gótica e importante entroncamento rodoviário, de grande interesse estratégico por ser uma das portas de acesso à planície do rio Pó. A primeira fase do ataque foi bem-sucedida, com a tomada de *Sommocolonia*, *Lama di Sotto* e *Monte San Quirico*, chegando às tropas brasileiras a apenas 04 km de *Castelnuovo di Garfagnana*. Entretanto, de acordo com o General Mascarenhas de Moraes, a tropa brasileira, subestimando o poder de reação do inimigo, descuidou do remuniamento e das medidas de segurança, não tendo condições para resistir ao contra-ataque desferido pelas tropas alemãs durante a noite de 31 de outubro. Esse foi o primeiro revés das tropas brasileiras, que tiveram de recuar para posições anteriores. Essa derrota encerrou a campanha de combate do General Zenóbio da Costa, pois, com a incorporação dos 2º e 3º destacamentos da FEB, Mascarenhas assumiu o comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, no início de novembro de 1944. Zenóbio da Costa tornou-se comandante da Infantaria Divisionária, e Cordeiro de Farias comandante da Artilharia Divisionária.

Na reunião do Alto Comando Aliado realizada a 30 de outubro em *Passo della Futa*, foi decidido que a 1ª Divisão Brasileira deveria operar no vale do rio Reno, 120 km a nordeste do vale do *Serchio*. Nessa reunião o General Clark expôs as diretivas que recebera do Marechal sir Alexander, comandante do XV

Grupo de Exércitos Aliados, no sentido de prosseguir atacando a fim de apossar-se de Bolonha, mantendo o inimigo sob pressão e obrigando-o a retirar efetivos das frentes francesa e russa para frente italiana.

A 1ª DIE deveria ser retirada da área em que vinha atuando e deslocada para o vale do Reno. A 1ª DIE substituiria um destacamento da 1ª Divisão Blindada norte-americana, conhecido sob a designação de CCB (*Combat Command B*), na defesa da Linha *Bombiana Brainetta Volpara-Torre di Nerone-Fornaci-Querceto*. No vale do Reno, a Divisão Brasileira ficaria enquadrada, a leste (direita), pela 6ª Divisão Blindada sul-africana, e a oeste, pela *Task Force 45*, grupamento tático norte-americano, constituindo o IV Corpo de Exército sob o comando do Major-General Willis D. Crittenger. Após a reunião de *Passo della Futa* e diante das novas diretivas emanadas do XV Grupo de Exércitos Aliados, o General Zenóbio da Costa e o General Cordeiro de Farias iniciaram o adestramento das tropas recém-chegadas à Itália.

Ao assumir o comando da 1ª DIE no setor do Reno, o General Mascarenhas de Moraes instalou seu quartel-general avançado na localidade de *Porretta Terme*, e o quartel-general recuado primeiramente em *San Rossore* e, mais tarde, na cidade de *Pistóia*. O quartel-general avançado era dirigido pelo Coronel Lima Brayner, compreendendo o comando da 1ª DIE, a chefia e as seções do estado maior e os serviços de transmissões e de engenharia. Em *Porretta Terme* ficaram as seções de operações, sob a chefia do Tenente-Coronel Humberto Castelo Branco, e de informações, sob a chefia do Tenente-Coronel Amauri Kruel. As seções de pessoal e suprimento foram transferidas para Pavana devido aos constantes ataques da artilharia inimiga.

Em 20 de outubro de 1944, o General Mascarenhas de Moraes designara o General Olímpio Falconière da Cunha inspetor-geral do 1º Escalão. Suas funções consistiam em resolver os problemas da retaguarda, principalmente os que se ligavam diretamente ao suprimento qualitativo do pessoal brasileiro, e as questões de relacionamento entre as autoridades brasileiras no Brasil e norte-americanas na Itália, tais como hospitalização, correios, fundos, transporte de pessoal por via aérea etc. Mais tarde, em 25 de março de 1945, as funções do General Falconière seriam incluídas dentro de um novo departamento denominado Órgãos Não Divisionários.

A 02 de maio de 1945, ao cessarem as hostilidades na Itália com a rendição incondicional do último corpo de Exército da Alemanha, a Divisão Brasileira ocupava a cidade de *Alessandria*, desde 30 de abril, e estabelecia ligação com o Exército francês em *Susa*, próximo à fronteira franco-italiana. A guerra chegava ao fim para as tropas brasileiras. O custo foi a morte de 443 expedicionários e de 08 oficiais do Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira. A Força Expedicionária permaneceu até 03 de junho como tropa de ocupação e depois retornou ao Brasil. O fim da Segunda Guerra Mundial deu-se a 08 de maio de 1945, com a vitória final dos Aliados em toda a Europa após a queda de Berlim.

Durante a investigação surgiu um documento novo, no Arquivo Histórico do Exército, que nunca foi analisado, o qual pode dar uma nova direção nos debates atuais sobre a recusa do Brasil em participar como força de ocupação dos países conquistados do Eixo (Áustria). Tal ponto ainda precisa ser pesquisado no futuro com mais profundidade.

No ofício nº 90, de 27 de fevereiro de 1945, o General Mascarenhas de Moraes,

comandante do 1º Escalão da FEB e da 1ª DIE expõe ao Ministro da Guerra, suas ponderações sobre a possibilidade do Brasil vir a ser convidado para atuar como tropa de ocupação. Mascarenhas registra a contraindicação da FEB ser empregada como tropa de ocupação em qualquer país europeu. Destaca inicialmente, a má vontade dos povos das nações aliadas do “Eixo” com os exércitos das Nações Unidas, que combatiam em seu solo. Terminada a guerra, essa indisposição agravar-se-ia com a miséria, a fome, e os delicados problemas políticos, que surgiriam. Para conter os excessos e revoltas no pós-guerra, as tropas de ocupação teriam que agir com energia ou violência, muitas vezes, não satisfazendo os anseios da população. Esse procedimento, em pouco tempo, colocaria a tropa de ocupação, perante a nação ocupada, em situação de força contrária a liberdade civil e de instrumento odioso de opressão. Por mais serena que fosse a atitude da tropa brasileira, jamais conseguiria evitar a irritação natural, num país ocupado, contra os soldados estrangeiros, que fariam, quotidianamente, lembrar a população civil a sua infeliz condição de povo vencido.

Além dos problemas relacionados à condição política, Mascarenhas de Moraes destaca ainda, que a apresentação da tropa deixava muito a desejar, pois os uniformes eram de má qualidade, com a aparência desagradável, ainda mais na presença de outras tropas, como as inglesas e as norte-americanas, cujos uniformes ele considerava impecáveis. Sob o aspecto disciplinar, Mascarenhas tinha outro ponto de tensão, pois a tropa havia recebido uma deficiente instrução militar, antes de embarcar, além do que considerava ser o ponto mais importante: a fraqueza das leis penais e regulamentos brasileiros, que não eram suficientemente severos para coibir e reprimir os abusos que poderiam acontecer com o fim da guerra.

No entanto, fica aberta ainda, uma segunda pergunta, por que o Exército desmobilizou a sua Força Expedicionária antes de chegar ao Brasil, de forma tão rápida? Ambas as ações afetaram a posição política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a possibilidade de obter um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

5. Reflexões para o Brasil

O trabalho de renovação no Exército Brasileiro, antes da Segunda Guerra Mundial, iniciado pelos Jovens Turcos, pela Missão Indígena, pela Missão Militar Francesa, que chegou ao Brasil em 1920, e realizou profundas modificações na organização do Exército, foi completado pela aproximação e alinhamento doutrinário com os Estados Unidos da América.

Na primeira metade do século XX, o Exército ganhou novas armas, incluindo o avião, marco da modernização institucional, e principalmente, o ensino militar foi reformulado, tornando-se mais técnico-profissional. Sob a reorganização Missão Militar Francesa surgiram diversas escolas especializadas.

A modernização da estrutura de defesa nacional incluiu a mobilização de recursos diversos como: pessoal, material e monetário, e teve seu início com o modelo alemão, mas só tornou-se possível após a reorganização do Exército promovida com a implantação do modelo francês, na década de 1920. A nova organização partiu para um movimento de centralização e interação da força. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica composta por oficiais com o curso de Estado-Maior ou de Revisão.

Durante a Segunda Guerra Mundial as relações do Brasil com os EUA passam a se estreitar no campo militar, principalmente a partir do debate em torno das inovações da guerra e da doutrina militar francesa, posta em xeque pela espetacular vitória alemã em 1940.

Um ponto importante nessa reflexão diz respeito à visita feita pela Comissão Militar Brasileira, designada pelo Aviso Reservado nº 543/460, de 30 de novembro de 1943, chefiada pelo General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, que foi de grande utilidade para a organização da FEB, pois as observações colhidas no Norte da África e na frente de batalha do V Exército dos EUA, condensadas em relatório, serviram para orientar determinados pontos que ainda eram obscuros. Demonstrações realizadas com o máximo de objetividade permitiram que se executasse uma mudança radical no processo de instrução, de maneira a dar ao expedicionário brasileiro uma impressão de realidade e intensificação no preparo físico para poder suportar as duras circunstâncias do combate (BRASIL, 1943-1947, p. 7).

A apreciação sobre os uniformes influenciou decisivamente no plano adotado para a FEB, decidindo por certas modificações e adoção de peças indispensáveis ao uso em campanha. Conclusões precisas foram tiradas das condições climáticas e sanitárias das regiões prováveis de emprego da tropa brasileira, bem como medidas importantes assentadas sobre o equipamento, a estocagem e o fornecimento de material especializado.

O problema monetário, o câmbio e a troca do dinheiro foi motivo de estudo especial, sendo anexada uma agência do Banco do Brasil para a solução das operações bancárias. Com relação à logística de suprimentos foi cuidadosamente observada a alimentação norte-americana e planejada a

distribuição à tropa brasileira, por meio de uma aplicação metódica feita ainda no Brasil.

O momento de preparação para guerra revelou outros problemas, entre eles podemos destacar o relacionado ao treinamento dos expedicionários no Brasil. A mudança na estrutura das unidades militares de combate que deveriam embarcar para a guerra não encontrou no Brasil instalações adequadas. Um regimento, que comportava cerca de mil homens, passou a ter cinco mil. Não havia possibilidade física de acomodar toda essa gente nas antigas unidades. As dificuldades logísticas de fornecer abrigo, alimentação, fardamento e outras necessidades para os novos ingressantes tornava a vida nas cidades sedes das mobilizações e de treinamento uma experiência caótica (OLIVEIRA, 2015b, p. 53).

A situação das unidades de treinamento distribuídas em quatro Regiões Militares diferentes (Duque de Caxias, Caçapava, São João Del Rey e Aquidauana) criou no início sérias dificuldades, pela impossibilidade de se realizar uma fiscalização eficaz sobre o andamento da instrução, assim como o controle direto das transformações doutrinárias pela qual deveriam passar as unidades, de acordo com o novo tipo de organização imposta pelo Aviso Reservado nº 481-408, de 18 de outubro de 1943.

Além disso, foi necessário sentir o impacto das dificuldades relacionadas a mobilização e treinamento da tropa destinada a combater numa Grande Guerra, para que o Exército Brasileiro identificasse a inadequação dos locais utilizados para adestramento de seus efetivos, obrigando-o a tentar corrigir esse erro, com a instalação de áreas mais adequadas para treinar a Força Expedicionária. Na Itália um dos maiores obstáculos dos expedicionários brasileiros foi o terreno montanhoso, cujo combate requer

especialização específica e equipamentos adequados. No Brasil, esse tipo de treinamento não foi disponibilizado na preparação da tropa, apesar de que, em 1943, Resende foi indicada como um possível local de treinamento para a 1ª DIE, descartada pelo Ministério da Guerra, porque continha muita área montanhosa.

A mudança doutrinária obrigou o Exército Brasileiro a alterar a composição nas unidades para o modelo ternário norte-americano, no qual cada pelotão de fuzileiros passava a ter três esquadras comandadas por um sargento, mais um adjunto, cada companhia passava a ter três pelotões de fuzileiros e cada batalhão passava a ter três companhias de fuzileiros. Em consequência, o número de sargentos multiplicou várias vezes, ocasionando a abertura de enormes claros no efetivo expedicionário, de difícil preenchimento, visto que a maioria era de elementos especializados. Houve a necessidade de cursos emergenciais (para formação de sargentos e cabos) de maneira que cada pelotão, cada companhia, pudesse ter o seu efetivo completo.

O Regimento de Infantaria sofreu modificações radicais na sua constituição das unidades elementares, na própria estrutura dos órgãos do comando e no seu armamento, com a introdução de novas armas desconhecidas até aquele momento. Foi incluído o morteiro 60 mm, o lança rojão (*bazooka*), a metralhadora .30, o canhão anticarro 57 mm, e aparelhos de rádio e telefonia. Essas inovações exigiam não só um perfeito conhecimento técnico para um emprego eficiente, como um conhecimento profundo das alterações impostas nos processos de combate, com a inclusão desse material nas formações da infantaria.

Com a falta treinamento adequado no Brasil, seja pela falta de material, de local apropriado, ou pela inusitada e imediata readaptação doutrinária, as tropas brasileiras

seguiram para o Teatro de Operações na Itália, e somente os expedicionários do 1º Escalão, composto principalmente, pelo 6º Regimento de Infantaria, além de algumas poucas unidades de artilharia, engenharia, cavalaria e outras unidades auxiliares, puderam treinar, na Itália, em campos de instrução americanos e com armas, equipamentos em situação e terreno de combate. Os dois escalões que seguiram na sequência (com o 1º Regimento de Infantaria e com o 11º Regimento de Infantaria) não tiveram a mesma chance e acabaram tendo que aprender a combater durante a ação real, no Teatro de Operações. No entanto, o comandante do 4º Corpo e o do V Exército definiu que as tropas com pouca experiência de combate, como a brasileira, deveriam ser introduzidas lentamente em setores mais calmos da frente italiana, para ganhar experiência de combate por meio de ações de patrulhas e pequenas ofensivas (MORAIS, 1947, p. 71). O crescimento das missões ocorreu com o tempo e a incorporação de novos escalões. Dessa forma, em setembro de 1944, a tropa expedicionária brasileira conquistou as suas primeiras posições e teve suas primeiras baixas.

O enquadramento do Exército brasileiro dentro da estrutura organizacional do V Exército norte-americano, integrante do X Grupo de Exércitos Aliados permitiu-nos uma experiência bastante intensa e tensa no campo operacional. O EB vinha de uma experiência de mais de vinte anos adotando a doutrina militar francesa de emprego em operações ofensivas de choque frontal e destruição do inimigo, que não foi muito eficaz contra a *Blitzkrieg*, cuja essência visava não apenas o choque e a destruição das forças físicas do inimigo, mas também o seu moral. Entre o final de 1943 e 30 de junho de 1944 (embarque do 1º Escalão da FEB) intensificou-

se o intercâmbio de material e desenvolveu-se a preparação da tropa brasileira para atuar no teatro de operações do Mediterrâneo com base no modelo doutrinário dos EUA, baseado em doutrinas de ataque impostas pelo desenvolvimento tecnológico no campo da aviação, da artilharia e dos blindados. O ataque era lançado com grande apoio da aviação e a artilharia oferecia apoio complementar. Podem ser observadas, ainda, manobras de envolvimento e ataques pelos flancos, manobras que ainda estavam em fase de transformação e aprendizado. O resultado no teatro de operações foi conflitos de decisões no comando, manutenção em alguns casos de estratégias francesas e dificuldades no entendimento da língua inglesa, fato que aumentou as tensões entre os militares norte-americanos e brasileiros.

As considerações finais do Estado-Maior do Exército, em 1945, estabelecem um grito de alerta para importantes modificações, enfatizando a premência de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, baseadas na motomecanização, no entanto eles teriam que romper com o cunho mais conservador que inovador que revelaram conflitos intensos no interior do Exército Brasileiro, opondo militares de gerações distintas, revelando a luta da instituição para conservar ou inovar, processo em permanente agonia e quase sempre catalisado, com ferocidade, pelos grandes conflitos.

Referências

- BRASIL. Ministério da Guerra. Força Expedicionária Brasileira. **Relatório Secreto**. Volume 1. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. Seção Força Expedicionária Brasileira, 1943-1945.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEx. **Boletim do Exército N. 06**, de 31 de janeiro de 1934. Publica o Aviso Ministerial N. 78, de 30 de janeiro de 1934a. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra AHEx. **Boletim do Exército N. 10**, de 20 de fevereiro de 1934b. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEx. **Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939**. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEx. **Relatório do Ministério da Guerra de 1940**. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEx. Acervo da FEB. **Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos**, Washington, 1945.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália (1943-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). **O Exército na História do Brasil**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Bibliex; Salvador: Odebrecht, 1998.
- CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental: o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial**. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- ESTEVES, Coronel Diniz (Compilado). **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: EdUEL, 2012.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- McCANN, Frank D. **A aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945**. Tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MORAIS, Berta et al. **Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1947.
- _____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: J. Olímpio, 1969.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

OLIVEIRA, Dennison. **Extermine o inimigo**: os blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015a.

_____. **Aliança Brasil-Estados Unidos**: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015b.



Quartel-General do Exército,
Bloco A, 70630-970, Brasília-DF
(61) 3415-4597/ ceeex@eme.eb.mil.br
Facebook: www.facebook.com/ceeexeb

ISSN: 2525-7099
Vol 5 (2) Jul/ Dez 2018